

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Maria Filomena Moreira Semedo

Circulação das Elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde: O caso da OMCV e da MORABI

Dissertação de mestrado

Porto Alegre

2015

Maria Filomena Moreira Semedo

**Circulação das Elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde:
O caso da OMCV e da MORABI**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann

Porto Alegre

2015

Maria Filomena Moreira Semedo

**Circulação das Elites nas Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde:
O caso da OMCV e da MORABI**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fabiano Engelmann (PPG Ciência Política/UFRGS - Orientador)

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos (PPG Sociologia/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Luciléia Colombo (PPG Ciência Política/UFRGS)

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves (PPG Ciência Política/UFRGS)

Porto Alegre

2015

À minha irmã, Maria de Fátima Moreira Semedo

Agradecimentos

A caminhada acadêmica é um processo de construção. O mérito nunca é unicamente nosso.

Aos meus pais, Vergolino Semedo Tavares e Teresa Moreira Tavares pelos ensinamentos e paciência. Pelo investimento que fizeram na minha educação e aposta na criação da minha personalidade com toda confiança, amor e atenção. Meus irmãos: Maria de Fátima, Filomeno, Vaniza, Adilson e Jaílson, que mesmo distantes me incentivaram com carinho e amizade. Minha grande e humilde família!

Registo aqui minha gratidão e apreço especial ao meu orientador, professor Dr. Fabiano Engelmann, pela enorme paciência, estímulo e orientações na realização deste trabalho.

Minha gratidão e agradecimento à família Tavares na Praia: António Landim Tavares e Maria Tavares, pelo acolhimento, disposição, amizade e confiança que em mim depositaram. Aos primos Hélio, Célio e Patrick, pela amizade, simplicidade e companheirismo.

Minha gratidão à família Vieira no Brasil: D. Dulce, Sr. José, Rosângela, Tales e Miriam. Agradeço o acolhimento, apoios, carinho, e sobretudo pela confiança e amizade que me fizeram sentir no seio dessa família. Mais do que agradecimento, minha reverência à Dr^a Miriam Steffen Vieira.

Aos meus primos Hotílio e Danny. Minhas tias, Adelina, Itelvina, Jesuina e em especial à tia/madrinha Alcinda, uma atenção fraterna.

Aos amigos, Hélio Barros, Anilda Freire, Anílsa Sofia, Riga Borges, Elisabeth Ferreira, Anildo Rodrigues, Albertino Mendes e Anáís Passos, pelo apoio, companheirismo, cumplicidade, amor e amizade. Aos colegas da Cefav pelo acolhimento, e, em especial ao Frederico, Maurícia, Quirino e Denise, pela amizade e convivência.

Aos professores da UNICV, Crisanto Barros e Daniel Costa: “pais”, amigos, companheiros e conselheiros acadêmicos, meus sinceros agradecimentos e gratidão.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Justiça e Poder Político – NEJUP, um especial agradecimento. Registo minha gratidão à professora Dr^a Luciléia Colombo por todo o apoio prestado.

A nível institucional, gratifico-me pelo CNPQ, pelo valioso e indispensável contributo financeiro, na qual fez tornar possível a realização do curso de mestrado na UFRGS/ Brasil.

Às instituições em Cabo Verde: à MORABI e à OMCV e a toda sua equipa. De modo especial, minha gratidão a todas as dirigentes que aceitaram ser entrevistadas e que preencheram o questionário para o propósito deste estudo.

É louvor reconhecer a UFRGS como um lar e um doce lar (como quem diz). Ao programa de pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, a todos os professores que ministraram o curso, bem como aos demais funcionários desta instituição.

“Sentir compaixão não é o bastante. É preciso agir. A ação pressupõe dois momentos: o primeiro é quando vencemos as distorções e aflições de nossa própria mente, aplacando ou até mesmo nos livrando da raiva. Esse momento é fruto da compaixão. O segundo é de caráter social, de âmbito público. Quando alguma atitude precisa ser tomada para corrigir erros neste mundo e a pessoa está sinceramente preocupada com seus semelhantes, então tem que se engajar, se envolver.”

(Dalai-Lama)

Resumo

Na contemporaneidade, com a institucionalização de sistemas políticos democráticos, aumentaram as possibilidades de ascensão a postos de *status* quando comparada com os tempos mais remotos. O objetivo desta pesquisa é analisar a circulação das elites das Organizações Não-Governamentais (ONGs) em Cabo Verde, em específico na OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde e na MORABI – Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento (de 1991 até 2013). Tomaremos como objeto de análise as dirigentes (aqui consideradas “elites”) que ocuparam e ainda ocupam cargos de direção nessas duas organizações, nomeadamente, os cargos de Presidente e do Conselho Diretivo. A este propósito definimos compreender, por um lado, até que ponto as dirigentes circulam nos diferenciados espaços do poder e por outro, em que medida existe uma rotatividade e/ou a perpetuação desses dirigentes nestas duas organizações, lançando mão de técnicas como questionário e entrevistas semiestruturadas aplicados aos dirigentes e alguns outros agentes que direta ou indiretamente estão vinculados às ONGs em Cabo Verde. No escopo do artigo focalizamos a análise sobre a trajetória profissional dos dirigentes, abordando os espaços e os cargos ocupados antes, durante e depois de terem abandonado a liderança na ONG.

Palavras-chave: ONG, Elites, Circulação das Elites, Cabo Verde

Abstract

Presently, there is an increased in possibilities of status ascension when compared to the past due to the institutionalization of democratic political systems. The aim of this research is to analyze the circulation of elites in the Non-governmental Organizations (NGOs) in Cape Verde, in particular, in the OMCV - Organization of Women in Cape Verde and MORABI - Support Organization and Self-promotion of Women (1991-2013). We will use as the object of analysis the leaders (here considered "elite") who occupied and are still occupying leadership positions in these two organizations, namely, the positions of President and the Governing Council. In this purpose, we understand, firstly, a movement of leaders in positions of power and secondly, to the extent to which there is a turnover and / or perpetuation of these leaders of these two organizations, making use of techniques such as questionnaire and semi-structured interviews with leaders in the some other agents who are directly or indirectly linked to NGOs in Cape Verde. In the scope of this article, we focus our analysis on the career of officers, addressing spaces and positions held before, during and after leaving the leadership in NGOs.

Keywords: NGO, Elites, Circulation of Elites, Cape Verde

Lista de Siglas

ADM – Aliança Democrática para a Mudança

CRCV - Constituição da República de Cabo Verde

EMPA - Empresa Pública de Abastecimentos

IDH - Índice do Desenvolvimento Humano

LOPE - Lei da Organização Política do Estado

MORABI - Organização de Apoio à Auto-Promoção das Mulheres no Desenvolvimento

MpD - Movimento para a Democracia

OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONGs - Organizações Não-Governamentais

OMD - Objetivo do Milênio do Desenvolvimento

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

OCB – Organizações Comunitários de Base

PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLATONG – Plataforma das ONGs

PMI/PF- Planeamento Materno-Infantil/ Planeamento Familiar

PIB - Produto Interno Bruto

PSD - Partido Social Democracia

PTS - Partido Trabalhista

SOLMI - Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção

UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática

Índice de Tabelas

Tabela 1: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Cabo Verde - 1975-2000.....	17
Tabela 2: Distribuição das dirigentes por ilha de nascimento.....	63
Tabela 3: Ilha de nascimento dos pais das dirigentes.....	63
Tabela 4: Ilha de nascimento das mães das dirigentes.....	64
Tabela 5: Situação profissional das dirigentes.....	65
Tabela 6: Situação Profissional dos pais das dirigentes.....	66
Tabela 7: Situação Profissional das mães das dirigentes.....	66
Tabela 8: Cargos desempenhados na função Pública pelas dirigentes.....	67
Tabela 9: Cargos de Chefia na Administração pública.....	68
Tabela 10: Cargos de Chefia desempenhados numa instituição privada.....	69

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Percentagem das dirigentes por sexo	62
Gráfico 2: Simpatizante de algum partido político (qual?)	70
Gráfico 3: Militante de algum partido político (qual?).....	71

SUMÁRIO

Introdução.....	15
CAPÍTULO 1	26
1. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ELITE E A TEORIA DA CIRCULAÇÃO DAS ELITES.....	26
1.1 Questões conceituais e analíticas no estudo das elites.....	26
1.2 Recrutamento e Circulação das elites:	29
1.3 Teorias sobre o conceito de ONGs	33
1.3.1 ONGs e Movimentos Sociais: quais as diferenças?	35
1.3.2 Origem das ONGs	36
1.4 As ONGs em Cabo Verde: Contextualização e normativas	37
1.4.1 A dinâmica do associativismo em cabo Verde: Década de oitenta: as primeiras ONGs.....	40
1.4.2 Anos 90: proliferação das ONGs	40
1.4.3 As ONGs e a Plataforma das ONGs de Cabo Verde.....	41
1.4.4 Evolução das ONGs em Cabo Verde	43
CAPÍTULO 2	45
HISTÓRIA POLÍTICA DE CABO VERDE.....	45
ENQUADRAMENTO DO SURGIMENTO DA OMCV E DA MORABI	45
2 Contextualização de Cabo Verde	45
2.1 A Colonização e o processo da Independência.....	47
2.1.1 A criação do PAIGC/CV	47
2.1.2 O surgimento das primeiras Organizações (de massa) em Cabo Verde	50
2.1.3. A OMCV enquanto organização de massa	50
2.2 A Abertura Política ao multipartidarismo.....	54
2.2.1 A OMCV enquanto uma ONG.....	55
2.2.2 Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI.....	57
2.2.3 A dinâmica dos partidos políticos em Cabo Verde	60
CAPÍTULO 3	61
O PERFIL DAS ELITES DAS ONGS CABO-VERDIANAS:	61
A OMCV E A MORABI COMO REFERÊNCIAS DO ESTUDO	61
3 Caracterização do perfil social dos dirigentes	61

3.1 Caracterização do perfil social dos dirigentes das ONGs em Cabo Verde: Os casos da OMCV e da MORABI	61
3.1.1 Origem geográfica.....	62
3.2 A Dimensão Socioeconômica	64
3.2.1 Situação profissional das dirigentes	64
3.2.2 Situação profissional dos ascendentes.....	65
3.2.3 A relação da profissão das dirigentes na função pública	67
3.2.4 A relação da profissão das dirigentes na função Privada	68
3.3 Afinidade e participação política	69
3.5 A internacionalização das ONGs	80
4 Considerações Finais	81
Referências Bibliográficas.....	84
Anexos.....	90

Introdução

A ocupação de altos cargos de direção da sociedade Cabo-verdiana por parte dos próprios nativos encontra-se presente desde a época que marca o período colonial, nas administrações régias das ilhas. Por outro lado, a amplitude desse fenômeno não deixa de ser também, um processo recente que abarca todas as esferas da sociedade. Este fenômeno inicia-se sobretudo a partir de 1975, data que marca a independência de Cabo Verde. Com as transformações políticas, socioeconômicas e culturais, houve a intensificação do processo de construção do Estado novo Cabo-verdiano e da sociedade em geral nas suas diversas vertentes institucionais. Nesta sequência, a criação de novas instituições tanto governamentais quanto Não-governamentais, possibilitaram maiores oportunidades profissionais, mormente novos espaços de direção.

A ampliação da esfera política e social das necessidades bem como as respostas exigem muito mais atenção. Nas Ciências Sociais, a agenda e o seu panorama de ação é bastante grande. As transformações culturais, bem como os desafios que elas colocam para as Ciências Sociais apresentam algumas exigências analíticas de certas práticas individuais e/ou coletivas no interior das instituições.

Enquadramento da pesquisa

No presente trabalho tratamos de estudar as Organizações Não-Governamentais em Cabo Verde, mais concretamente, os dirigentes e os espaços de direção que ocupam. A justificativa deve-se por um lado, pela falta de estudos sobre esta questão na realidade cabo-verdiana e, por outro lado, pela preocupação em compreender o funcionamento das ONGs em Cabo Verde a partir de seus dirigentes: conhecer “quem é quem” e quais os espaços de direção que ocupam.

Por uma questão de recorte, selecionamos de entre as inúmeras ONGs existentes no país e de várias categorias, duas das Organizações Não-Governamentais de promoção feminina¹: a Organização das Mulheres de Cabo Verde - OMCV e a Associação de Apoio à Auto-Promoção das Mulheres no Desenvolvimento - MORABI.

¹ O propósito do estudo não é o feminismo. Porém, veremos com mais detalhes o contexto do surgimento a OMCV e da MORABI bem como as atividades que ambas desenvolvem e que consideram ser cruciais para o país.

A escolha da OMCV deve-se ao fato de ser uma das primeiras e a mais antiga organização na história política e social de Cabo Verde. Surgiu em 1981 como uma organização de massa vinculada ao partido único (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde - PAICV) com a missão de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade por meio de trabalhos voluntários. Na década de 90, esta organização veio a adquirir a personalidade jurídica de ONG, portanto dez anos mais tarde, e intensificou cada vez mais os trabalhos que desde o início se propõe desenvolver.

Por outro lado, a escolha da MORABI, a primeira ONG que, em contrapartida à OMCV, surgiu dando sequência a algumas questões tratadas na OMCV, dentre as quais a de auto-promoção da mulher na criação do seu emprego próprio. A MORABI surgiu na década de 90, período que marca a criação de um número significativo das ONGs em Cabo Verde.

Entretanto, a escolha destas duas ONGs justifica-se no fato de que apresentam áreas temáticas singulares e muito decorrentes na sociedade Cabo-verdiana levando em consideração principalmente a variável histórica. Em outras palavras, ambas fixam como suas finalidades a promoção do desenvolvimento das mulheres, definem-se prezar pelos valores como a solidariedade, a transparência, o profissionalismo, a cultura de qualidade, o espírito de trabalho entre os membros e a parceria. Fixam como missão chave o compromisso com o desenvolvimento humano, o desenvolvimento da mulher e da família. Focalizam em questões similares nos assuntos que tratam.

O escopo deste trabalho trata de definir o perfil das dirigentes que no período de 1991 a 2013 ocuparam e/ou ainda ocupam cargos de direção (presidência, conselho diretivo e conselho fiscal) na OMCV e na MORABI. O fim último da pesquisa é analisar o fenômeno “circulação das elites”, ou seja, averiguar os espaços que essas dirigentes ocuparam e/ou ainda ocupam fora da OMCV e da MORABI, podendo ser em outras organizações não-governamentais ou até em organizações governamentais (tanto nacionais como internacionais).

O estudo sobre as ONGs em Cabo Verde é um fenômeno recente e em pouca quantidade. Nenhum dos estudos existentes procuram compreender “quem” constitui a cúpula da direção das ONGs e quais os espaços em que atuam, uma questão pertinente para o entendimento da própria organização em si.

Problematização

Cabo Verde tem enfrentado grandes desafios no âmbito da situação socioeconômica com os problemas que assolaram o país no período muito antes da criação das ONGs. Dentre os problemas está a pobreza ligada à questão da desigualdade social.

A desigualdade social vem acentuando em muitos países desde a década de oitenta do século XX como resultados das políticas neoliberais. Em Cabo Verde particularmente, a situação socioeconômica das famílias constitui um dos efeitos da desigualdade social. A vulnerabilidade econômica e histórica de Cabo Verde (desde o século XVIII) fez imergir a emigração como um dos meios de encontrar melhores condições de vida. Um fenômeno que muito contribuiu para a mudança na vida das pessoas, não só em termos socioeconômicos mas, principalmente, mudança no modo de pensar e de entender a própria realidade. Por outro lado, a formação acadêmica, que ocorreu principalmente fora do país, foi dentre os acontecimentos que muito se rendeu para essa mudança.

A melhoria das condições de vida dos Cabo-verdianos assenta, do ponto de vista político, em dois marcos importantes: primeiro, a independência do país em 1975 e, segundo, a abertura política com a adoção da livre competição política.

Essas mudanças permitiram uma evolução positiva dos indicadores socioeconômicos, crescimento e redução da pobreza. De acordo com os dados apresentados no relatório 2004 do Objetivo do Milênio para o Desenvolvimento (ODM), Cabo Verde teve um crescimento demográfico na ordem de 2,2% por ano. Nos anos 90, houve o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais de 3,7% e 2,9% entre 2001 e 2003. Em 1990, o PIB real passou de 902 dólares por habitante para 1.420 dólares em 2002.

Tabela 1: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Cabo Verde - 1975-2000

IDH 1975	IDH 1980	IDH 1985	IDH 1990	IDH 1995	IDH 2000
-	-	0,587	0,626	0,678	0,715

Fonte: Adaptado de <http://www.undp.org/hdro/indicators.html>. Consultada em 08/01/2015

No que diz respeito à questão da pobreza, o relatório 2009 do OMD apresenta a percentagem da população pobre no ano de 2002 estimada em 36,7%. Uma incidência principalmente no meio rural e pelas famílias chefiadas por mulheres (cerca de 33%

contra 21% que são chefiadas por homens). Podemos justificar este fenômeno com duas razões: por um lado, o peso da população feminina é determinante nesta questão, de modo que cerca de 51,3% da população são mulheres (Relatório sobre os OMD 2004), e, por outro lado, os fatores como o desemprego e o nível de educação são determinantes dessa situação conforme descrita no relatório do progresso de 2010 do OMD.

A evolução desses indicadores é em grande medida, resultado das atividades dos próprios Cabo-verdianos, em particular de alguns “líderes” que procuraram estar na frente de grande parte das questões sociais e políticas do país, procurando dar respostas às demandas surgidas por parte da população, no sentido de minimizar os problemas originados no seio da população e no Estado.

Os líderes que estiveram na frente deste processo de transformação e reestruturação da sociedade constituem uma minoria. O fato de nem todos os cidadãos participarem destes processos, enfatiza a ideia de que essa minoria são aqueles que conseguiram se “destacar”. A razão principal disso tudo está inerente ao que Barros (2013) analisa para a cúpula da elite administrativa Cabo-verdiana em que as oportunidades estão ligadas ao acesso à educação (particularmente à formação superior). Aqueles que tiveram acesso são os que mais rendimentos econômico possuíam no seio das suas famílias. Tanto a nível nacional quanto internacional, o acesso à formação era restrito.

Por outro lado, a presença de poucas instituições de ensino existentes no país limitava o acesso de muitas pessoas devido ao fator financeiro. Após o período da independência, conforme sustenta Anjos (2010), e, posteriormente, a partir da década de 1990, “em vista ao desenvolvimento do ensino superior, algumas medidas foram tomadas pelo governo com garantias de algumas oportunidades de formação acadêmica no exterior” (ANJOS, 2010, p.23).

Nas análises de Lopes (2012) a titulação acadêmica, ou seja, as pessoas que tiveram acesso ao ensino e conseguiram ter uma formação superior vieram por um lado trabalhar na sensibilização sobre o restante da população a tomar parte nos assuntos da sociedade e criar condições e/ou mecanismos de participação. Por outro lado, na própria auto-afirmação das pessoas num determinado espaço social e reforçar o processo de mudanças dentro da sociedade

A partir de 1975, altura da reestruturação da sociedade e do Estado, em vista de movimentos sociais e intensas lutas político-associativas desencadeadas no seio da sociedade (ANJOS, 2010) surgiram novos mecanismos de intervenção social que por sua vez está ligada também à origem das organizações da sociedade civil.

Os primórdios do surgimento das ONGs em Cabo Verde remontam a década de 1990. Este período marca a transição democrática versada no multipartidarismo com a ascensão do MpD² ao poder. Algumas das associações que surgiram antes da década de 90 vieram a adquirir a personalidade jurídica de ONG a partir de 1990, como é o caso da OMCV, e o fortalecimento de outros movimentos associativos, bem como surgimento de novas organizações com atuações nas diferentes áreas sociais, económicas, políticas e religiosas (ANJOS, 2010).

Assim, faz presente o papel dessas dirigentes da OMCV e da MORABI, aqui consideradas elites uma vez que ocupam postos de relevo que conferem *status* e rendimento aos seus ocupantes e que no ramo das suas atividades conseguiram se destacar em relação à maioria da população (PARETO, 1968)³, que junto às instituições criaram novos mecanismos de transformação do país.

Objetivos

Orientamos esta pesquisa na seguinte pergunta de partida: em que medida as elites (dirigentes da OMCV e MORABI) circulam nos diferentes espaços (governamentais e não-governamentais) da sociedade ocupando cargos de direção? De uma forma mais precisa, convém indagar se existem circulação das elites no espaço das ONGs no exercício das suas funções ou não? Se sim, qual é a natureza desse movimento/quais os espaços em que atuam? Se não, qual é a natureza da sua perpetuação?

O objetivo geral desta dissertação é compreender o processo de circulação das elites na OMCV e na MORABI.

² Um movimento que se deu por um grupo de pessoas, de entre eles as que faziam parte do PAICV (Partido Africano Para a Independência de Cabo Verde), com o objetivo de criar um novo partido – Movimento Para a Democracia e pôr fim ao sistema de partido único existente na altura.

³ “Dans une société l’élite est constituée pour ceux qui ont les indices les plus élevés dans la branche où ils déploient leur activité” (PARETO, 1968: 1296-1297).

Como objetivos específicos definimos compreender dois processos: 1) traçar o perfil das dirigentes dessas duas ONGs, analisando a situação profissional, os cargos desempenhados e os cargos ocupados durante a sua carreira profissional e, 2) analisar a relação das dirigentes face aos seus descendentes, nomeadamente a trajetória pessoal e profissional, no sentido de averiguar a questão da mobilidade social.

Hipótese (s)

O envolvimento das ONGs na nova estruturação social Cabo-verdiana tem mostrado atuações cada vez mais ampla no processo de transformação da sociedade. Assim, partimos do pressuposto de que os seus dirigentes são os principais promotores do funcionamento das ONGs a partir do encargo de coordenar as actividades na qualidade de presidente. Uma das formas notáveis de trabalho não só a nível nacional, mas também a nível internacional, é principalmente, no estabelecimento de parcerias no sentido de arrecadar verbas que possam contribuir na implementação dos projetos ora elaborados.

Este fenómeno é encadeado no que poderemos chamar de internacionalização das ONGs no processo de procura de “meios de subsistência”, ou seja, o estabelecimento de parcerias com instituições exteriores que financiam os projetos cooperando assim na sua implementação.

A internacionalização das Organizações Não-Governamentais é um aspeto muito presente na sociedade Cabo-verdiana, principalmente em relação aos financiadores⁴ dos projetos com que trabalham. Tanto é que a maioria das ONGs em Cabo Verde (de acordo com as ONGs que estão inscritas no Guia das ONGs de Cabo Verde) trabalham com parcerias internacionais. A conjuntura do país é, em si, dependente de ajudas externas, embora, hoje seja rotulado como país de desenvolvimento médio (Relatório Rio + 20, Julho de 2012), grande parte da sua economia é mantida pela ajuda externa, denominada Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Para manter o funcionamento das ONGs os seus dirigentes apostam fortemente no estabelecimento das “conexões” com outras instituições tanto nacionais quanto internacionais. Por outro lado, essas conexões podem influenciar para prevalecer no

⁴ O financiamento nas ONGs é um fenómeno de crucial interesse para a apreciação, e pensamos desenvolver num próximo estudo.

cargo tendo em conta que atualmente, os espaços de luta pela aquisição e manutenção nos altos cargos de direção dentro da sociedade tem sido intensificados cada vez mais, gerando novas demandas. A nível das ONGs intensificaram cada vez mais os trabalhos junto à sociedade civil, e, dado que as elas se definem como princípio não lucrativo é suposto que as dirigentes tenham procurado outros cargos que lhes rendem capital económico.

Entretanto, sustentamos neste trabalho dois aspetos:

1. As dirigentes da OMCV e da MORABI concorrem pela aquisição do poder e ocupação de cargos, simultaneamente, nas organizações governamentais e nas organizações não-governamentais.
2. Existem uma forte atuação das dirigentes dessas duas ONGs nos cargos de direção nos organismos governamentais.

Metodologia - fundamentação

A apreensão do processo de circulação das elites em diferentes espaços da sociedade é muitas vezes difícil em termos metodológicos. Isto porque a olho nu conseguimos algumas vezes aferir algumas constatações, observando os espaços em que algumas elites acabam ocupando em diferentes entidades e de certa forma, se consegue averiguar e acompanhar a trajetória profissional, mas é complexo desconstruir essa visão prática e formular uma teoria analítica.

Assim sendo, foi condicionada realizar uma pesquisa aprofundada no sentido de interagir com os dirigentes, que para que além de conversar ou fazer questões, nos dá oportunidade de trabalhar com observação tanto nas falas quanto no próprio comportamento em relação a determinado assunto abordado e confrontar a veracidade dos dados obtidos.

Para a análise do problema requereu-se a combinação do método qualitativo e do método quantitativo de forma a permitir um conhecimento mais aprofundado sobre o perfil dos dirigentes. Por um lado, trabalhamos com a técnica de recolha, análise e tratamento de dados documentais de modo a elaborar um enquadramento teórico da pesquisa, e por outro lado, na realização das entrevistas e aplicação de um inquérito estruturado que nos permitem recolher dados para possível tratamento.

A parte empírica deste artigo deve-se à uma pesquisa de campo realizada com base em algumas técnicas metodológicas combinadas: (1) a realização das entrevistas aos dirigentes e algumas outras “pessoas chave” que interagem com tais organizações e que serviram como informantes, e, (2) aplicação de um inquérito estruturado aos dirigentes das duas ONGs em estudo.

De modo global (em ambas as duas Organizações) conseguimos produzir uma lista de vinte (20) dirigentes, sendo seis (6) fazem parte da OMCV e catorze (14) pertencem à MORABI.

Num total de vinte dirigentes identificadas, foram entrevistadas onze, não tendo sido possível a obtenção das disponibilidades das restantes (9) dirigentes para entrevistar. Destas nove dirigentes, três não se conseguiu contato para a localização e seis não estiveram em nenhum momento disponíveis para tal. Tanto nas informações prestadas nas entrevistas como nos inquéritos aplicados foram garantidas a confidencialidade, utilizadas exclusivamente, para os fins do presente estudo de âmbito acadêmico. As entrevistadas estão apresentadas no texto em forma de letras, tanto as dirigentes (referidas como, A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e k) quanto os não-dirigentes (L, M, N, O e P) das ONGs.

Para além das dirigentes, entrevistamos também cinco (5) pessoas que possuem alguma ligação com essas ONGs. Pois são eles, apresentados por letras: *entrevistado M* – tem uma vasta experiência em lidar com associações enquanto gestor de projetos de cooperação alemã em Cabo Verde. *Entrevistado N* – possui uma longa vivência nas associações comunitárias e ligado à Plataforma das ONGs. *Entrevistado L* – já desempenhou funções de presidente da Plataforma das ONGs e no ministério da economia. Conhece muito bem a trajetória dos líderes. *Entrevistado P* – conhece muito bem o funcionamento das associações em Cabo Verde tendo em conta a sua atividade profissional de jornalista e *Entrevistado O* – possui uma vasta experiência sobre as ONGs tendo em conta os trabalhos que tem vindo a desenvolver sobre assuntos voltados para as ONGs.

Em suma, a nossa entrevista constituiu-se num universo de dezasseis pessoas (11 dirigentes e 5 experientes com conhecimento na matéria). Como guia de orientação elaboramos um guião de entrevista que compõe um roteiro dos seguintes tópicos:

1) Da trajetória pessoal até a chegada na organização (no sentido de definir de onde vieram e em que meios tiveram acesso ao cargo de direção na ONG).

2) As atividades desenvolvidas e os cargos ocupados (referentes aos trabalhos que tem desenvolvido na qualidade do (a) presidente para o benefício da Organização e, conseqüentemente da sociedade em geral, bem como os cargos ocupados durante e/ou depois do mandato de presidente, que podem ser dentro ou fora da ONG).

3) A trajetória profissional: durante e depois da liderança na ONG e,

4) A avaliação do mandato e da experiência enquanto dirigente numa ONG.

Neste procedimento metodológico, sobretudo no estabelecimento de contatos para as entrevistas, os dirigentes das ONGs em Cabo Verde apresentam-se como uma categoria de elite com elevado *status* social, que *a priori*, o próprio acesso a eles apresenta constrangimentos, quanto às informações que lhes dizem respeito. Todavia, a nossa experiência de campo nos levou a utilizar para além dos mecanismos acima mencionados, a observação como um método importante na apreensão de determinadas “informações ocultas”, isto quer dizer, através da observação chegamos a aferir algumas ilações em relação ao comportamento das dirigentes e o processo de funcionamento das duas ONGs em estudo.

O trabalho suporta num leque de evidências empíricas sobre a trajetória profissional dos dirigentes, focalizando no modo como circulam na ocupação dos diferenciados cargos com elevado valor social.

Abordamos neste estudo um leque de estudos bibliográficos que incidem nas questões do surgimento e evolução das ONGs em Cabo Verde, bem como bibliografias que abordam a problemática das elites, seu conceito, formação, recrutamento e circulação.

Além disso, utilizamos fontes documentais produzidos na OMVC e no Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género - ICIEG como guia de bolso e entre outras.

As técnicas de investigação qualitativa e quantitativa foram importantes neste estudo, visto que permitiram a recolha, análise e interpretação de dados sobre as elites, mas concretamente, sobre as dirigentes das ONGs (OMCV e MORABI) em Cabo Verde.

Enfãse no sujeito feminino para referir aos dirigentes

As elites (dirigentes) tratadas neste estudo são abordadas como sujeitos femininos, ou seja, introduzimos a objetivação dos conceitos de modo que serão tratados como as dirigentes (feminino) e não os dirigentes (masculino). Isto atendendo que a maioria das pessoas que ocuparam o cargo de direção dessas duas ONGs são mulheres. Porém, no nosso universo apenas um indivíduo do sexo masculino foi dirigente.

Para reforçar essa ideia, Haraway (1995) desenvolve a teoria da desqualificação dos discursos a respeito disto, em que muitas vezes é desnecessária, ou seja, mostra como o nosso imaginário está ligado na forma como generalizamos o masculino. Isto, não deixa de ser uma construção social das diferentes formas de conhecimento. “O “eles” imaginado constitui uma espécie de conspiração invisível de cientistas e “filósofos masculinistas”, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios”(HARAWAY, 1995, p.7).

Estrutura da dissertação

A problemática da circulação das elites proposta neste trabalho está desenvolvida em torno de três capítulos separados, tratadas de forma interligados: Iª Parte) Caracterização do referencial teórico, baseando essencialmente numa abordagem sobre a teoria das elites e no conceito e fundamentos das ONGs; IIª Parte) Contextualização histórica e política de Cabo Verde mencionando o enquadramento do surgimento da OMCV e da MORABI, e, IIIª Parte) Análise prática em contexto do trabalho prático nas condições de sintetizar os resultados da pesquisa sobre o perfil das dirigentes da OMCV e da MORABI.

No **primeiro capítulo** abordamos os conceitos teóricos chave para a análise das elites nas ONGs Cabo-verdianas como elite, circulação das elites e ONGs que permitem melhor compreensão do fenômeno circulação das elites nas ONGs em Cabo Verde. Não no sentido de entrar no cerne da discussão teórica, o primeiro capítulo busca apenas estabelecer parâmetros operacionais que suportam esta análise. O debate em torno da teoria das elites envolve vários autores em contextos e realidades díspares desde os clássicos até os contemporâneos.

No **segundo capítulo** tratamos de contextualizar Cabo Verde tanto pela sua caracterização geográfica, quanto pela sua história política e social. Na sequência, enquadrámos o surgimento das ONGs em Cabo Verde, uma análise histórica do surgimento das ONGs num sentido lato e de uma maneira singular sobre as ONGs em estudo (OMCV e MORABI) nos seus aspetos teóricos e práticos do surgimento, desenvolvimento e funcionamento com uma atenção voltada essencialmente para os seus dirigentes.

Uma análise histórica dos partidos políticos em Cabo Verde, mas concretamente do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e do Movimento para a Democracia (MPD) partindo do princípio de que são os dois grandes partidos na qual as ONGs em estudo estão vinculadas em termos do contexto do surgimento tanto da OMCV quanto da MORABI.

Para o **terceiro capítulo**, examinamos o perfil das dirigentes da OMCV e da MORABI no período de 1990 até 2013. Objetiva-se conhecer o perfil das dirigentes, isto é, a sua trajetória pessoal, familiar e profissional no que se refere á sua origem, composição, reprodução etc. Para tanto analisamos as variáveis como a dimensão socioeconómica, o perfil social e profissional, afinidade política, etc. Essas variáveis estão cunhadas nos dados das entrevistas e no questionário. Em suma, são feitas as considerações finais do trabalho bem como as perspetivas futuras da continuação e aprofundamento da pesquisa.

CAPÍTULO 1

1. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ELITE E A TEORIA DA CIRCULAÇÃO DAS ELITES

O presente capítulo procura apresentar uma revisão sumária das abordagens teóricas em volta da natureza e composição das elites na sociedade. Por outro lado, enfatiza o debate sobre as ONGs nos aspetos que se referem ao conceito, origem e funcionamento. Objetiva estabelecer as bases analíticas sobre a ideia de formação, reprodução e circulação das elites, tendo sempre em mente os dirigentes (elites) das ONGs em Cabo Verde. Assim, para analisar o processo de circulação das elites nas ONGs (OMCV e MORABI) torna necessária a definição dos conceitos como **elite**, **circulação das elites** e **ONGs**.

1.1 Questões conceituais e analíticas no estudo das elites

A utilização do termo “elite” apresenta um carácter polissémico, o que Busino (1978) denomina de “incertezas terminológicas”, ou seja, não existe unanimidade no uso do termo. Existem várias denominações para designar a categoria elite, a saber: *classe política* (exemplo Mosca), *classe dominante* (Marx), *categoria dirigente* (Aron), *elite do poder* (Mills), *classe eleita* (Pareto), dentre outras denominações e autores eminentes⁵. As obras dos pensadores elitistas retratam a ideia de que em todas as sociedades ocorre o fenómeno dominação de uma minoria sobre uma maioria da população.

Na sua origem etimológica, Busino (1978) sustenta que o termo “elite” é proveniente da palavra francesa “*élire*” (eleger) do século XII. No século XIV adquiriu o significado de “eleito”, “escolhido”, “eminente”. Portanto, a categoria “elite” é para ele “uma minoria que predispõe, numa determinada sociedade e num dado momento, de prestígio, de privilégios resultantes de qualidades naturais, valorizadas socialmente (como por exemplo, a raça, o sangue, etc) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc)” (BUSINO, 1978, P.6).

⁵ Os autores referidos em cada denominação se apresentam apenas como exemplos, pois esses mesmos utilizam outras expressões, e as expressões são também usadas por outros autores não referidos.

O conceito de elite (do grego *élire*) é largamente utilizado na história do pensamento moderno. A categoria elite emerge como um fenômeno fundamental e constitui uma referência básica nos estudos políticos e sociológicos sobre uma determinada estrutura social. Com os clássicos, elite define-se como uma minoria que governa e dirige a sociedade. É vista como algo abstrato, inevitável e necessária em todas as sociedades (PARETO, 1968; MICHELS, 2001; MOSCA, 2004).

Na sua conceitualização clássica, a elite é estudada como um contraponto à teoria marxista, que em função de determinados grupos sociais determinava a concentração do poder no setor produtivo, e conseqüentemente, o fenômeno “luta de classes”, que para Marx e seus discípulos é vista como motor da história.

Desta teoria, a sociologia americana, particularmente nos estudos sobre as elites, reanalisou as interpretações marxistas sobre o termo e o sentido de elite e consideraram ser um conceito mais abrangente que está presente não só nas sociedades capitalistas, mas em todas as sociedades (BOTTOMORE, 1964). O debate introduzido por Bottomore (1964) e Giddens (1975) mostra o surgimento da teoria das elites nesta dimensão como uma contraposição, por um lado, à teoria de classes sociais e à teoria da democracia assente no princípio do governo do povo para o povo.

O pensamento moderno enfatiza a história da teoria das elites numa perspectiva mais genérica. A categoria elite não está apenas colocada numa posição superior ao restante da sociedade, mas sim ela está intimamente ligada a um grupo bem maior que, para todos os efeitos, “compreende toda a “nova classe média” de funcionários públicos, gerentes e empregados de loja e escritório, cientistas e engenheiros, estudiosos e intelectuais” (BOTTOMORE, 1965, p.10).

Atendendo à uma complexidade da estrutura social (ARON, 1988), os estudos contemporâneos sobre as elites apresentam preocupações sobre os aspectos da formação, reprodução, recomposição e reconversões das elites. Estes aspectos estão muito presentes nos debates atuais e verifica uma “crescente internacionalização e competição entre elites” (MARTIN, 2008, p.43). No entanto, são fenômenos consideráveis na configuração da dominação política da sociedade.

A história e os processos sociais e políticos da atualidade têm um grande reforço no papel extraordinariamente dinâmico de um grupo de indivíduos que em parte se organizam para dirigir o processo, tanto da luta pela independência quanto pela

democratização. Neste sentido, o estudo dos dirigentes constitui uma dimensão necessária e incontornável da análise dos processos de estratificação política, económica e social de um país. “É preciso pensar o que simultaneamente se encontra presente no cerne e no efeito da dinâmica da formação do Estado” - é o que afirma Bakary apud Cardoso (2012, p.8).

Para o caso específico das elites nos estudos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, no qual Cabo Verde se enquadra, segundo Cardoso, os primeiros estudos sobre as elites na África Subsaariana iniciam a partir dos anos quarenta. Entre os meados dos anos 50 e 60 com a independência de alguns países africanos, maiores investimentos vem sendo feito nesta temática das elites. Neste âmbito, foram alvos de atenção preocupações com nuances sobre a “Construção nacional”, “modernização”, “desenvolvimento político”, “partido único”, “Estado”, etc (CARDOSO, 2012, p.7).

Na década de 1970, com a vertente histórica do neoinstitucionalismo, o foco da teoria das elites centrou essencialmente sobre a autonomia dos processos políticos do Estado, isto é, na dimensão estatal do poder, conforme sustenta Seidl (2013). Posteriormente, segundo ele, a sociologia francesa viria a explorar com o estudioso Pierre Birnbaum, as variáveis como: a composição social, os recursos culturais e os percursos profissionais da classe dirigente que num segundo momento iria permitir o conhecimento da origem social da elite político-administrativa na França (SEIDL, 2013).

Seidl é da opinião de que no quadro de estudos sobre as teorias das elites, os trabalhos de Bourdieu (1930-2002) sobre a França causou maiores impactos tanto na França quanto em outras sociedades (2013, p.182). Os estudos de Bourdieu apresentam uma abordagem crítica sobre a forma de recrutamento das elites sobretudo pela variável capital económico e cultural.

A explicação de como a posse de determinadas espécies de capital condiciona a posição social dos agentes e, conseqüentemente, a sua trajetória num determinado espaço social constitui uma das importantes contribuições da teoria de Bourdieu (BARROS, 2013).

1.2 Recrutamento e Circulação das elites:

Considerando a existência das elites como algo inevitável e necessária em todas as sociedades, os estudos apontam que é importante compreender como são formadas as elites no âmbito da dinâmica da dominação política (MILLS, 1969; BOURDIEU, 1996; GUIDENS, 1975; BARROS, 2012). O processo de recrutamento das elites constitui o escopo central de análise dentro de uma determinada estrutura social.

A formação e a reprodução das elites está inerente à aquilo que Bourdieu chama de capital. A distribuição de capital proporciona a incorporação de novas elites num determinado espaço social encontra-se emparelhada nos diferentes tipos de capitais em que as elites possuem constituindo uma desigual hierarquização da distribuição de capitais.

O espaço social apresenta segundo Bourdieu (1985), um caráter multidimensional de coordenadas: por um lado, é determinado de acordo com o volume global de capital que possuem e em segundo lugar, é definida tendo em consideração o peso do seu capital, ou seja, os vários tipos de capitais (econômico, cultural, social e simbólico) definidos que fornecem critérios que permitem construir um espaço social e descrever uma determinada sociedade. Do mesmo modo, tais critérios diferenciam a dimensão relacional das posições sociais das elites.

Nas sociedades desenvolvidas o capital econômico (bens matérias, terras, renda, fábricas, patrimônio, etc) e o capital cultural (título acadêmico) são variáveis cruciais dentro de um espaço social, conforme considera Bourdieu. Nas outras sociedades, como o caso da sociedade Cabo-verdiana que se enquadra no país de desenvolvimento médio, o capital cultural constitui um elemento muito presente e determinante no processo de formação das elites, na ocupação de determinados espaços no topo da hierarquia social.

Os estudos revelam a titulação acadêmica como um elemento de crucial influência no processo de recrutamento das elites. Esta titulação é em grande parte derivada das famílias possidentes de um certo nível de capital cultural econômico e social que conseguem mobilizar seus filhos a ascender nas posições do poder (ENGELMANN, 2004; BARROS, 2012). Tradicionalmente, a família constitui um núcleo que opera o recrutamento dos dirigentes com base essencialmente nos títulos acadêmicos.

Os títulos universitários são importantes dentro da hierarquia das posições sociais. Considerada por Coradini (2005) como uma das formas de inserir na esfera política e se consagrar elites, o acesso a posições sociais reconhecidas numa determinada sociedade deriva-se da posse ou não posse de capitais.

A experiência histórica de Cabo Verde apraz o título acadêmico como base da reprodução das elites e do processo de transformação do indivíduo e da sociedade num sentido favorável ao desenvolvimento do país.

Ao abordar a ideia da Circulação das elites, a tese desenvolvida por Vilfredo Pareto no seu artigo intitulado “Circulação das Elites”, constitui uma das referências básicas para este estudo. Por outro lado, aprimoramos dos estudos de Dezalay, Loreiro, Bourdieu, Coradini e entre outros autores que propuseram uma análise da circulação internacional das elites.

A sociedade é segundo Pareto (1968), composta por grupos diferentes que se encontram misturados, ou seja, a sociedade como fenômenos sociais a caminhar entrelaçados umas às outras. Entretanto, o estudo de qualquer fenômeno social nunca será isolado, é sempre dependente de alguma outra parte. Nas considerações dele, o movimento que se dá no seio da massa por exemplo, para um grupo restrito ou até mesmo dentro do mesmo grupo, é fundamental para a manutenção de um sistema democrático. Ao abordar a teoria da existência de elites governamentais e não-governamentais procurou enfatizar o fenômeno da formação e do desenvolvimento dessas elites dentro da estrutura social.

A minoria, considerada elite, adquire sempre uma supremacia em relação à massa e é nessa supremacia que ele considera que existe um movimento que as podem qualificar ou não. Essa supremacia está inerente ao fenômeno de circulação das elites, ou seja, dependendo de qualidades em que possuem, lhes dão preeminência e os diferenciam em relação à massa da população. Por outro lado, essas qualidades permitem uma mobilidade para uma posição superior num determinado espaço social.

Entre as ONGs (enquanto uma estrutura institucional) e os dirigentes (enquanto membros dessa estrutura) existe uma relação mútua, ou seja, uma depende da outra e vice-versa. Compreender a Instituição em si implica conhecer os seus dirigentes e para estudar os dirigentes desta instituição leva obrigatoriamente ao envolvimento com a organização na qual está inserido.

Afirma Pareto,

“Poder-se-ia estudar separadamente a heterogeneidade da sociedade e a circulação entre os diferentes grupos sociais; mas como na realidade, os fenômenos correspondentes estão unidos, será bom estudá-los em conjunto...” (PARETO, 1968 *apud* CRUZ, 1995, p.449).

Por isso as classes sociais não estão separadas (ao pé da letra), há uma movimentação de pessoas entre eles (classes). Enfatiza a sociedade enquanto um sistema funcional na qual existem indivíduos que sobressaem nas suas funções ou atividades e que destacam-se. Não importa se os outros têm a possibilidade ou habilidade de se distinguir, “... tratamos de um estado de facto e não de um estado potencial” (idem: p.450). Que nesse caso o *facto* são as pessoas que se sobressaem nas sociedades no desempenho das suas atividades perante os demais, e a essas pessoas Pareto deu o nome de elites⁶.

Entretanto, na escrita dele, a sociedade encontraria dividida em dois estratos: O estrato inferior que é composto por classes não eleita e o estrato superior que se divide em dois: classe eleita de governo e classe eleita de não governo. É considerada classe eleita de governo os que para além de terem uma certa categoria prestigiada, tem qualidades correspondentes ao seu cargo. Exemplo: um deputado que preocupa com as necessidades do povo, conhece perfeitamente a constituição do seu país, e ainda luta pelo direito dos eleitores.

A classe eleita de não governo: normalmente são os que possuem determinados postos engrandecidos, que podem ser adquiridos através de “boleia”.

“ A riqueza, o parentesco, as relações, ajudam também em muitos outros casos, e fazem pôr a etiqueta da classe eleita em geral ou da classe eleita de governo em particular a quem não deveria ter ” (PARETO, 1968 *apud* CRUZ, 1995, p.452).

Tomando os dois grupos de classe eleita de governo e a classe não eleita, verificaremos que há uma mistura entre as duas classes. Ou seja, há uma movimentação

⁶ Essa mesma definição é tomada para o caso das dirigentes das ONGs. Considerando que elas conseguiram se sobressair e propomos assim, averiguar como se circulam no seio da organização na qual está inserida.

das pessoas entre essas classes, o que o autor chamou de “circulação das elites”. Dessa circulação é preciso analisar aquilo que Pareto chama de “desvios da negligência” (1995:456) para poder saber, exatamente, o número dos que compõem o grupo total da classe eleita.

Esses desvios são importantes para o equilíbrio social, porém, com o tempo é necessária uma circulação das elites, porque as elites acabam por enfraquecer e “nelas diminui a energia e modificam-se as proporções dos resíduos que as ajudaram a apoderar-se do poder...” (PARETO, 1968 *apud* CRUZ, 1995, p. 456).

A classe eleita é substituída não só em números, mas também em capacidade vindas da classe inferior, por isso, ela é povoada constantemente, “quer pela lentidão da circulação da classe eleita, quer por outra causa, se acumulam nos estratos superiores elementos decadentes que já não têm os resíduos aptos para manterem no poder, que evitam fazer uso da força enquanto crescem nos estratos inferiores os elementos de qualidades superior, que possuem os resíduos aptos para o exercício do governo e que estão dispostos a usar a força” (idem: 457).

Num contexto de incrementação de internacionalização das elites nos faz repensar as relações entre o nacional e o internacional, destacar a importância de análise da circulação internacional das elites inerentes ao fenômeno globalização e mencionar a dimensão elitista das estratégias internacionais (DEZALAY e MADSEN, 2013).

Para entender o modo como se relaciona os múltiplos espaços sociais faz se necessária compreender as diferentes estratégias e os campos de reprodução das elites como meios e efeitos da internacionalização. Na esfera de concorrência entre as elites, Bourdieu (1992) faz uma analogia do “jogo” para explicar os comportamentos dos agentes sociais. Os recursos familiares, especialmente em termos de capital relacional, representam um trunfo decisivo para o êxito dessas carreiras em que a passagem pelo internacional facilita o acesso a essa competência multiposicional que caracteriza os pináculos das classes dirigentes.

Bottomore (1965) considera a ideia da circulação das elites, uma das questões fundamentais da teoria política de Pareto, de modo que constitui uma condição necessária para o funcionamento das democracias.

Nessa síntese é importante o debate do Bourdieu (1992) sobre a reconversão das elites e a circulação como consequência de uma estratégia de reconversão de capital em função da sua valorização no campo social.

A heterogeneidade das elites, as divergências existentes vem causando mudanças na composição e na própria circulação das elites (PARETO, 1968), uma ideia que também é sustentada por Bourdieu, com ênfase sobre as variáveis do recrutamento, da formação/incorporação de novos grupos sociais, bem como a dinâmica das elites com relação às massas.

A dinâmica das elites manifesta-se em componentes nacionais e na sua maioria são munidos de estratégias internacionais tanto na formação das elites quanto na efetividade das suas ações num determinado espaço. A internacionalização das elites encontra-se inerente a espaços escolares que constitui um grande aporte da (re) produção das elites, e as estratégias internacionais são importantes na recomposição dessas elites, como analisa Engelmann (2012).

Em suma, estas são questões centrais de discussão que utilizamos a propósito do enquadramento teórico sobre o conceito e a teoria da elite.

1.3 Teorias sobre o conceito de ONGs

A conceituação do termo ONG pode ser complexa e polissêmica entre os autores.

As ONGs – “organizações não-governamentais” são atores sociais que assim como os partidos políticos possuem uma crucial importância na história do país. Consideradas como entidades civis em vários setores da sociedade, empenham seus trabalhos em benefício de uma coletividade. Salientando assim que ambos atores possuem direitos consagrados na Constituição no que diz respeito ao exercício de cidadania⁷.

Daujan (2006) sustenta que uma ONG seria “ uma associação de pessoas que se reúnem, com objetivos não lucrativos, para defenderem um ideal ou lutar por uma

⁷ Constituição da República de Cabo Verde – CRCV (2010). Capítulo II: Direitos, liberdades e garantias de participação política e de exercício de Cidadania. No que diz respeito aos partidos políticos, ver: artigo 56º - Participação na organização do poder político – Partidos políticos na CRCV.

convição, visando realizar um projeto que beneficie outras pessoas. Elas devem ter um caráter internacional ou transnacional e não podem estar envolvidas com instituições governamentais sejam elas nacionais ou internacionais.

As instituições como as empresas, igrejas, movimentos religiosos e seitas, não são considerados como ONGs. As atividades de uma ONG são voluntárias e através das suas atividades influenciam os governos, as normas e a estrutura das sociedades, prolongando assim, o trabalho dos atores públicos, conforme escreve Daudjan (2006).

Landim (1993), ao analisar o caso brasileiro, apresenta as ONG como sendo uma expressão antiga, que nasce na Organização das Nações Unidas (ONU) no pós-guerra, e que nunca foi muito usado no Brasil, seja em contextos políticos, ou sociológicos. Entretanto, vem ganhando uma maior visibilidade pública a bem pouco tempo. Recentemente passa a aparecer nos jornais, virar tema de trabalhos acadêmicos a figurarem debates nos meios intelectuais em diversos países, inclusive em Cabo Verde é também uma temática muito recente no espaço acadêmico.

Landim (1993) sustenta ainda que, esporadicamente, a existência das ONGs começou a ser registada, na grande imprensa, sobretudo através das sessões especializadas em política nacional desde os finais dos anos 80. A partir deste período começaram então a aparecer para o público determinadas entidades civis “militantes” com um caráter não partidário, ligadas aos movimentos sindicais ou outros diversos movimentos, com uma certa pontualidade. No geral, são alvo de “denúncias” e acusações variadas, no jogo das concorrências políticas sindicais. Nesses contextos, no entanto, nem sempre recebiam o nome de “ONGs”.

Fernandes (1994) define ONGs a partir de suas características negativas, ou seja, são “não-governamentais, não são lucrativas, não fazem parte de estruturas maiores, não são representativas, não financiam”. Para além destes aspetos, Pinto (2006, p. 656) acrescenta, “não partidárias” (FERNANDES, 1994, P. 25 *apud* PINTO, 2006, p. 656).

Das características salientadas por Fernandes o termo representativo apresenta pouca clareza, ou seja, deixa pouca transparência no termo representação. Neste sentido, tomamos como referência do conceito de ONG para este estudo, a definição apresentada por Daudjan, acima mencionada que de uma forma geral se resume, numa associação de pessoas que de uma maneira conjunta visam concretizar um projeto em benefício de uma coletividade de forma não lucrativa.

1.3.1 ONGs e Movimentos Sociais: quais as diferenças?

Algumas das ONGs surgiram a partir dos movimentos sociais, o que muitas vezes elas tendem a confundir-se com os movimentos sociais, mas apresentam importantes diferenças.

Pinto (2006) mostra que os movimentos sociais podem ser considerados como sendo as entidades representativas de uma determinada sociedade (por exemplo, os sindicatos e associações de moradores) que trabalham em prol da dinâmica da sociedade. Porém, eles têm um íntimo envolvimento político com decisões e questionamentos que levantam. Um dos movimentos sociais são as organizações da sociedade civil (OSCs), que a propósito de contribuir para o funcionamento da democracia, os cidadãos decidem coletivamente em criar organizações que atuam em defesa dos interesses da população.

Pertencem a esse universo as organizações de base ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (existe atualmente em Cabo Verde o projeto *think tanks*) ou de defesa e promoção de direitos (*advocacy*); existem ainda organizações que diretamente com as populações trabalham no sentido de reduzir a pobreza e por outro lado, existem fundações que realizam programas de interesse social ou financiam projetos sociais em andamento.

Ao abordar a diferença existente entre ONGs e movimentos sociais no Brasil, Pinto (2006) salienta que, uma grande parte das ONGs surgiu a partir dos movimentos sociais identitários. Exemplifica-os com as ONGs feministas. Estas apresentam um certo tipo de profissionalização da militância e o feminismo tem uma característica geracional muito forte no Brasil.

Embora apresentem temáticas, demandas e campanhas fragmentadas com os movimentos sociais, as ONGs se distinguem, portanto, em termos de funcionamento. Porém, evidencia ainda que uma ONG só existe por intermédio do projeto que a sustentam, ela é pró-ativa, determinam metas a cumprir, apresenta programas pré-estabelecidos e financiados. Diferentemente, os movimentos sociais “são menos estruturados, não prestam contas, nem têm um grupo de profissionais para sustentar. As ONGs formalizam-se, possuem diretrizes, conselhos e corpos de funcionários” (PINTO, 2006, p.656).

1.3.2 Origem das ONGs

A gênese das ONGs numa determinada sociedade envolve períodos distintos, e varia de sociedade para sociedade. No Brasil por exemplo, apresenta-se uma certa especificidade no que diz respeito à origem das ONGs, com uma maior profundidade temporal de entre os países da América Latina. L'Estoile, Neiburg e Sigaud (2002) apresentam três períodos marcantes na gênese das ONGs no Brasil. No primeiro momento, abrange as décadas de 1960 e 1970, pois, nesta altura predominaram as organizações religiosas, uma política militante e voluntarista, com destaque para a capacidade mediadora dos educadores de base.

O segundo período inicia-se em 1979, com a aprovação da Lei de Amnistia e com a volta dos exilados políticos. O último período caracteriza-se pela participação massiva dos universitários e pela transformação das ONGs em verdadeiros espaços de profissionalização para jovens graduados em Ciências Sociais. Este período corresponde, também a reorientação das relações internacionais por meio da ação das agências financiadoras multilaterais, como o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Banco Mundial.

Para além de movimentos sociais, sustenta ainda que, no Brasil, as ONGs surgiram também de grupos de profissionais envolvidos com causas específicas, de ex-militantes políticos, tanto os que tiveram carreira interrompida pelo golpe militar, como os que se desiludiram e deixaram os partidos políticos por outras razões (*idem*, p.657).

Paralelamente ao Brasil, no caso de Cabo Verde, as ONGs também surgiram de particularidades, a saber, com a própria independência do país, com a participação dos políticos e militantes do partidário único e em consequência a alguns movimentos sociais que vieram surgindo inerentes à independência do país.

Em relação às associações profissionais, segundo Furtado (2001:45), estas funcionaram logo na Primeira República (como o caso do IPAJ), mas posteriormente, teve algumas limitações, isto é, “com a mudança do regime político pode afirmar-se que o IPAJ chegou ao poder, não podendo funcionar como contra-poder”, e posteriormente, com o regime democrático foram tomadas medidas jurídico legais, onde os cidadãos vão ter espaços de participação tanto de forma individual quanto em organizações.

Um outro aspeto a referir é sobre a autonomia das ONGs. Qual a natureza da autonomia das ONGs face ao governo e, por outro lado, qual a natureza na sua dependência dos parceiros internacionais?

Em Cabo Verde, a autonomia das associações é consagrada no artigo 5º da Constituição, garantindo que elas prosseguem os seus fins livres e autonomamente, não podendo ser dissolvidas, nem as suas atividades podem ser suspensas, salvo nos casos expressamente previstos na lei e mediante decisão judicial ou em caso de estado de sítio ou de emergência (CRCV, artigo 5º).

Durante o regime monopartidário (1975-1990), o partido único tinha uma relação estreita com as associações de massa, constituindo essa uma correia de transmissão do ideário do partido. Assim, a maioria dos dirigentes das organizações de massa tinham uma filiação política no partido no poder. Entretanto, com o advento do regime multipartidário e a conseqüente proliferação das associações, criou-se a ideia de que essas associações por não serem do ponto de vista estatutário, vinculados aos partidos, elas teriam maior grau de autonomia face à sociedade política.

Neste sentido, a nossa suposição consiste em considerar que se a emergência das ONGs pode ter contribuído para uma maior pluralidade e representação dos interesses da sociedade civil, não é de todo plausível que esse crescimento signifique automaticamente uma ruptura com as relações de dependência face ao governo e aos partidos⁸. Dada a sua dependência de financiamento dos governos (central e municipal) é provável também que parte dessas ONGs sirvam de instrumento de legitimação política dos partidos não constituindo por essa via uma verdadeira rutura com as práticas anteriores.

1.4 As ONGs em Cabo Verde: Contextualização e normativas

A compreensão e a análise das ONGs e seus dirigentes de cada país dependem do seu contexto histórico e político do surgimento. As ONGs em Cabo Verde surgiram num período contudente a uma demanda muito grande de problemas sociais por parte da população e que precisavam ser transformados em *outputs* da melhor forma possível. Face à “incapacidade” do governo em solucionar “sozinho”, as questões demandadas,

⁸ Uma hipótese a ser explorada em novas pesquisas.

faz-se presente o papel das ONGs enquanto mecanismos de grande porte na transformação da sociedade.

O surgimento das ONGs em Cabo Verde remonta a década de noventa, na sequência da transição do regime de partido único para um sistema multipartidário. Anteriormente a este fenômeno já tinham surgido na sociedade no período pós-independência, algumas organizações e movimentos sociais que dantes as políticas do colonizador limitavam qualquer tipo de participação. Com a independência, foram abertos canais de participação da população para tomar parte dos assuntos sociais com maior envolvimento nas causas sobretudo das desigualdades e exclusão social, que veio a ter espaço em Cabo Verde.

O envolvimento do papel das elites frente desta situação é determinante no processo de criação de novos mecanismos de participação por meio das organizações sociais. Essas elites (de caris político), em que Furtado (1997: p.138) designa de “classe dirigente”, vieram então a ter um papel preponderante com uma influência significativa, principalmente no que concerne à detenção do poder (essencialmente poder político) e manutenção do mesmo como forma de garantir o equilíbrio e a ordem social e evitar a morosidade no funcionamento do próprio sistema.

Não obstante, levando em consideração a definição do poder concebida por Raymond Aron podemos considerar que o poder pode ser analisado não somente enquanto capacidade de uma unidade, empregariamos assim, neste sentido, a capacidade de um sistema (tendo no topo da sua constituição as elites) em impor as suas vontades, seja ela no interior ou no exterior do próprio sistema ou na unidade internacional.

Neste caso particular, consideramos assim que as elites Cabo-verdianas neste período dispunham de um duplo posicionamento no sistema do poder, ou seja, tiveram uma capacidade de usufruir tanto do *soft power* como do *hard power*⁹. Podemos dizer que as elites utilizavam o *soft power* neste sentido, tendo em conta principalmente os primeiros momentos da proclamação da independência que conforme sustenta Silva, teve lugar a partir de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de

⁹ *Soft Power* – é definido por Joseph Nye (2010) como sendo uma habilidade de persuadir, moldar ou cooptar as preferências dos outros. *Hard power* corresponde a um poder duro, ou seja, os líderes atuam com base na força e/ou no poder de coerção (NYE, 2010).

poderes soberanos e constituintes, com a função de declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura Constituição desse Estado” (SILVA. 2010, p. 16).

A partir deste momento, as elites como forma de fazer prevalecer o regime de partido único vieram se alimentar do *hard power* – este partindo do pressuposto de que é um poder duro (no sentido de impor as ideologias do partido consubstanciando alguma autoridade ou poder). Principalmente com o estabelecimento do artigo 4º (conforme consagrado na LOPE e a constituição de 1980) que limitava por exemplo a criação de outros partidos políticos.

Além desse princípio estabelecido pela LOPE de o PAICV constituir a única força política que dirige a sociedade, consagrava também outros princípios ligados ao funcionamento da sociedade. A LOPE serviu durante este período como uma pré-constituição e vigorou até 1980 com a elaboração e aprovação da nova e/ou a primeira Constituição em 1980. Esta Constituição de 1980 foi considerada como sendo a primeira Constituição de Cabo Verde.

Este fato pode se justificar tendo em consideração que no início da independência as elites políticas conquistaram um espaço de grande *status* no seio do sistema do poder na sociedade, todavia, “as posições e as decisões dos órgãos partidários tinham uma ascendência sobre as do poder do Estado” (FURTADO, 1997, p.136)¹⁰.

Conceptualmente, ao analisar o poder efetivo das elites Cabo-verdianas na altura, pelo menos até 1990, podemos separar dois fatores variáveis que estão ligados ao modelo analítico proposto por Giddens (1975), quer dizer: primeiro, se refere a dimensão em que tal poder se encontrava consolidado nas mãos desses grupos considerados e/ou que se encontravam em posições de elites; por outro lado, se refere à “força de mando” do poder manipulado portanto por eles no sistema do poder.

Entretanto, a análise do papel das elites no sistema do poder remete-nos a ter em consideração não só a representação que as elites têm no sistema de poder, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da nova sociedade por meio de trabalho de representação que continuamente realizam no sentido de

¹⁰ O aparelho do Estado está estruturado essencialmente pelos sistemas políticos do governo. A forma de descobrir onde reside a sede do exercício do poder. Entretanto, o sistema político não se limita exclusivamente ao aparelho do Estado.

apresentar uma maior representatividade frente da sociedade civil e, mormente a introdução de novas políticas.

Uma das vertentes dessas políticas foi o trabalho de fazer participar a população, em tomar parte dos assuntos sociais com maior envolvimento nas causas sobretudo das desigualdades e exclusão social, que veio a ter espaço em Cabo Verde sobretudo a partir da independência do país, visto que antes as políticas do colonizador limitavam qualquer tipo de participação autónoma da sociedade.

Nessa sequência, a criação de qualquer organização que vieram a surgir tiveram desde sempre pessoas protagonistas que tomavam parte da direção dos mesmos. E da mesma forma para o surgimento e fortalecimento das ONGs.

1.4.1 A dinâmica do associativismo em cabo Verde: Década de oitenta: as primeiras ONGs

As primeiras ONGs começaram então a aparecer a partir de 1987, com a publicação da lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro, que para a dinâmica do associativismo foi importante no sentido de que defendia que todos os cidadãos tinham por direito, livre e independente de qualquer autoridade, construir associações, desde que seja maior de idade, isto é, que possui dezoito anos ou mais de idade. Esta lei foi implementada sobretudo com a tarefa de regular o exercício da liberdade de associações (Plataforma das ONGs, Fevereiro de 1999).

Como exemplo de ONGs que surgiram nesta década é de salientar os seguintes casos: a ONG Atelier Mar, criada em 1979 como uma cooperativa e que, com esta lei acima mencionada adquiriu em 1987 a personalidade jurídica de ONG. Trabalha sobretudo ao apoio a grupos vulneráveis, desenvolvimento comunitário, educação para a cidadania e entre outras vertentes (Guia das ONGs de Cabo Verde, 2007, p. 81-82).

1.4.2 Anos 90: proliferação das ONGs

A partir dos anos 90 é notório um grande crescimento do número de associações de base comunitária, tanto nas zonas rurais como nos centros urbanos. Neste contexto assiste-se uma nova dinâmica no surgimento de inúmeras organizações não-

governamentais, de associações socioprofissionais e de grupos de desenvolvimento de base que vieram a trabalhar continuamente na defesa dos seus interesses de uma forma articulada.

Dessa época, para além da MORABI e da OMCV, cabe referir a Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz criada em 1995. Esta ONG intervém sobretudo nas áreas de promoção sobre os direitos humanos em Cabo Verde, direitos humanos dos presos e luta contra a droga e o alcoolismo (Guia das ONGs de Cabo Verde, p.84).

A partir de 1991, altura da instauração do regime pluripartidário e multipartidário, o movimento associativo recebeu novos impulsos e os domínios de intervenção alargaram-se substancialmente, isto é, verifica-se uma expansão e diversificação da sua atuação em vários campos, nomeadamente os da saúde, educação, política, no campo religioso e entre outras.

1.4.3 As ONGs e a Plataforma das ONGs de Cabo Verde

Atualmente, um número expressivo dessas ONGs está transcrito no guia¹¹ prático das associações de Cabo Verde organizado pela Plataforma das ONGs (PLATONG). As ONGs que estão figuradas no guia da plataforma das ONGs de Cabo Verde são de natureza vária, com atuações em todas as arenas da sociedade (social, cultural, religioso e entre outras). Como exemplos, figuram organizações de Apoio e Desenvolvimento Integrado das Crianças Deficientes – AADICID (criado em 1995); Associação de Beneficência Intercultural – Dinamismo de Jovens - ABI – DJAN (1997); Associação de Capoeira, Liberdade e Expressão -ACLE (2003); Associação dos Escuteiros de Cabo Verde - AECV (1990); Associação Nós Dever (1997) (AND) e entre outras variadas ONGs presentes no guia da plataforma das ONGs de Cabo Verde.

A plataforma das ONGs de Cabo Verde foi criada na sequência da independência do país, em 1975, com a publicação da lei sobre as associações, em 1987 (Lei nº 78/III/87), e a abertura política, em 1991.

¹¹ Engloba as ONGs nacionais, membros ou não da Plataforma com informações sobre a identificação, o modo de funcionamento, as áreas de intervenção e as parcerias por elas desenvolvidas. Para além das ONGs inclui também as ligas, redes, fundações, bem como uma lista das Organização da Sociedade Civil - OSCs existentes no país, sobretudo as de base comunitária.

Foi resultado de um processo dinâmico de organização, participação e tomada de consciência e de afirmação progressiva da sociedade civil cabo-verdiana. Porém, tem-se afirmado como um espaço de comunicação e de concertação permanente das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) Cabo-verdianas, numa perspetiva de autopromoção e de reforço mútuo, baseada numa percepção cada vez maior das ONG's em contribuir para a construção de um país mais justo e com menos pobreza (Guia das ONGs de Cabo Verde, 2007, p.11).

A plataforma das ONGs de Cabo Verde é membro de uma rede da plataforma dos países da África Ocidental que se chama REPAOC que engloba oito países e a propósito conforme sustenta o *entrevistado L*, é Cabo Verde que está na presidência dessas organizações, através do presidente da plataforma das organizações deste país. Uma das características que o diferencia muito dos outros países da África Ocidental é porque Cabo Verde é o único país que tem uma única plataforma das ONGs.

Apesar de haver divergências partidárias com ideologias diferentes as ONGs em Cabo Verde conseguem comungar da mesma Plataforma e sem frições.

Pires (2006), na sua análise sobre as ONGs nacionais e internacionais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) faz uma abordagem comparativa entre Cabo Verde, Angola e Moçambique, e sustenta que quando observamos o caso do Cabo Verde, é notável que grande parte das ONGs presentes no arquipélago se juntaram à Plataforma das ONGs que foi fundada em 1996 graças à intensificação das ações da sociedade civil.

A Plataforma com o objetivo de dinamizar as relações entre as ONGs, funciona como uma rede entre todas as organizações, propõe promover e intensificar as suas capacidades de intervenção. Além disto, propõe estabelecer ligações com outras plataformas da África, ou ainda com as ONGs portuguesas.

De um modo geral, conforme sublinha Costa a sigla ONG, encontra-se ligada ao surgimento de cidadãos organizados bem como as atividades por elas desenvolvidas o que fez com que a ONG seja reconhecida internacionalmente pela ONU e dissociada de acordos intergovernamentais. Em termos formais, é considerada ONG, o resultado de uma vontade autónoma dos homens (homem e mulher) que se reúnem com os mesmos objetivos sem uma finalidade lucrativa (COSTA, 2006).

1.4.4 Evolução das ONGs em Cabo Verde

Conforme os dados apresentados no guia das ONG de Cabo Verde, “o país, conta hoje com mais de duas centenas de ONG e cerca de 600 outras categorias de OSCs (Organizações da Sociedade Civil), sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras” (Guia das ONGs de Cabo Verde, 2007, p.9).

A legislação no regime jurídico da constituição de associações de fins não lucrativos assegura a autonomia das associações (artigo 4º) com fins livremente, sem interferência das autoridades, e os tribunais judiciais (artigo 11º) garante o controlo de legalidade, nos termos da lei. Quanto à filiação em organismos internacionais, o artigo 17º, garante a liberdade de filiação mais com os mesmos fins na lei, mas a promoção e constituição de associações internacionais em Cabo Verde depende da autorização do governo (artigo 18º).

No que diz respeito ao estatuto da Utilidade Pública, a Constituição da República de Cabo Verde – CRCV estabelece que as associações com personalidade jurídica podem ser reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública, nos termos da lei (CRCV: artigo 28º).

As ONG e as associações comunitárias encontram-se hoje em todas as ilhas e concelhos, e trabalham de forma significativa nos variados domínios e setores de atividade, procurando minimizar a pobreza e a exclusão social, implementando ações de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres no sentido de desenvolver o país.

“A maior parte dessas organizações está registada sob a forma jurídica de uma associação/ONG e umas poucas estão reconhecidas como agrupamentos profissionais, fundações e ligas, existindo, igualmente, grupos, cooperativas e organização de solidariedade internacional” (Guia das ONG de Cabo Verde, 2007, p.11).

Em termos de localização geográfica, mais de metade das ONGs e Organizações Comunitárias de Base (OCB) tem sede na ilha de Santiago, principalmente na Praia, e um terço encontra-se na ilha de São Vicente. Outras estão sedeadas entre Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Maio, Boa Vista e Brava, havendo uma relação direta entre essa

distribuição e o grau de intervenção das ONG, cujas iniciativas, na maior parte das vezes ultrapassam o universo do seu concelho ou ilha.

No que se refere à democracia interna, as Organizações Não-Governamentais Cabo-verdianas funcionam democraticamente, regendo-se pelos princípios de igualdade entre todos os associados; todos os órgãos coletivos dos associados dispõem de uma elegibilidade e livre revogabilidade, e a direção colegial é assegurada por associados e prestação de contas pelos órgãos eleitos do coletivo dos associados (plataforma das ONGs, Fevereiro, 99 – enquadramento jurídico das ONG).

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA POLÍTICA DE CABO VERDE

ENQUADRAMENTO DO SURGIMENTO DA OMCV E DA MORABI

2 Contextualização de Cabo Verde

À luz da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), o país define-se como uma república soberana, unitária e democrática, assente nos princípios do respeito pela pessoa humana, da inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos do homem como sendo fundamental para toda sociedade humana da paz e de justiça (CRCV, 2011: artigo 2º: 4ª edição).

O arquipélago de Cabo Verde situa-se a cerca de 450 km da Costa Ocidental Africana, é constituído por dez ilhas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo, Brava e a ilha de Santa Luzia), das quais nove são habitadas (Santa Luzia é desabitada) e alguns ilhéus. As ilhas foram descobertas no ano de 1460 pelos Portugueses, totalmente desabitadas e desérticas, sem mínimas condições naturais de subsistência. Possui algumas limitações climáticas e geográfica, ou seja, o clima é árido, a terra é arável e o terreno montanhoso o que põe em causa a produção agrícola que é a principal fonte de sobrevivência do país (CARREIRA, 1983).

Apesar das limitações naturais, o país apresentou atrações para Portugal. Cabo Verde serviu de ponto estratégico da navegação marítima e tráfego de escravos feito entre a África, a Europa e as Américas. Teve muita importância para o atlântico, servindo como laboratório de experimentos de novas formas de colonização, novas relações sociais e culturais, possibilitando o rumo da expansão portuguesa, conforme analisa Carreira (1883).

O processo do povoamento das ilhas resultou da estratégia de cruzamento dos portugueses com os africanos (essencialmente os Guineenses), constituindo na maioria de escravos dando assim a origem ao povo Cabo-verdiano (CARREIRA: 1983; FREIRE: 1940). Foi no entanto, um contato de línguas e de culturas totalmente diferentes que resultou numa cultura e uma entidade étnica própria do Cabo-verdiano (MONTEIRO, 2001).

A sociedade escravagista estabelecida em Cabo Verde permitiu o alargamento e o surgimento de novos dirigentes que fez tornar o escravo uma mercadoria fundamental de exportação a longa distancia e a partir daí fez nascer uma elite colonizadora que aproveitou não só de Cabo Verde para “explorar”, mas também apropriou das outras paragens, nomeadamente nas terras brasileiras (CARREIRA, 1983; SANTOS, 1998; SOARES, 1999; TORRÃO,1995).

Ao analisar as relações estabelecidas com a metrópole, é comum o paralelo entre Brasil e Cabo Verde em que a sua cultura resultou, num primeiro momento da implementação da cultura europeia, mormente da fusão cultural África-Europa (FERNANDES, 2006).

Para a realidade brasileira, existe na ideia de Holanda (1995) uma alma comum entre Brasil e Portugal, isto é, uma associação direta de culturas. Fato que leva a realçar uma certa fusão mística de culturas europeias implementadas no Brasil. Em outras palavras, o surgimento das novas formas de convívio, das instituições, as ideias, enfim, de certas condições naturais, que na expressão de Holanda constitui uma “tentativa de implementação da cultura europeia” (1995, p. 10).

Diferentemente de Cabo Verde em que as terras não são favoráveis à prática da agricultura, o clima quente e entre outros problemas geográficos, para o caso do Brasil as limitações com a metrópole eram pequenas. Os portugueses tinham segundo Holanda (1995) grande facilidade de adaptar-se à nova vida na América; com primazia do emprego, da exploração latifundiária e da monocultura.

Nesse processo, faltava resolver então a questão de mão-de-obra: deste modo, enquadra a introdução de escravos africanos. Neste sentido, convém salientar, um aspeto que Torres (2002) chama bastante atenção, para e sobre o povo brasileiro - a ideia de “raça” - uma das mais abusivamente empregadas entre os brasileiros, segundo ele. Deste modo salienta, que o afeto patriótico do Brasil deve abranger numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, de alemães, de todos os outros povos que formam o povo brasileiro. Caso contrário, são todos homens, senão semelhantes, seres da mesma natureza e do mesmo espírito (TORRES, 2002).

2.1 A Colonização e o processo da Independência

A experiência colonial Cabo-verdiana é vista com uma certa singularidade (MONTEIRO, 2009) e especificidade (PERREIRA, 2003). Segundo Monteiro (2009), a sua singularidade é justificada em quatro fatores básicos. Primeiro, Cabo Verde sendo desértica não possuía uma população nativa, então o seu povoamento resultou da mistura entre portugueses e africanos. Segundo, justifica-se nas suas condições geológicas, terras secas não favorecem a prática da agricultura. Por outro lado, a mestiçagem e, por último “o próprio processo de colonização do arquipélago” visto como fracassado atendendo à questão da organização e persistência em promover o desenvolvimento das ilhas (MONTEIRO, 2009, P.73).

A especificidade de Cabo Verde (PEREIRA, 2003) traduz-se no seu aspeto cultural, ou seja pela sua homogeneidade étnico-cultural. Em contraposição ao que se verificou na maioria dos países africanos, Cabo Verde possui uma identidade cultural específica devido ao caldeamento de raças e culturas diferentes (PEREIRA, 2003; MONTEIRO, 2009).

Atendendo às condições desfavoráveis no país e, principalmente, o fator condição geológica das ilhas, o processo de colonização começou a enfraquecer. Mais tarde devido a escassez da população reinol no arquipélago, os naturais de Cabo Verde começaram a ocupar postos importantes com a ousadia de se auto representarem, ou seja, veio surgir “um conjunto de pessoas nascidas em Cabo Verde que fizeram parte de um grupo intermediário colonial largamente usado para preencher o quadro administrativo dos territórios que então se designavam por colónias ou províncias ultramarinas” (BATALHA, 2004, p.191).

Verifica-se entretanto, que os próprios Cabo-verdianos começaram a ter privilégios e a ocupar cargos importantes dentro da sociedade. Com isso, Pereira (2003) salienta que mesmo assim, a relação dominador-dominado não terminou.

2.1.1 A criação do PAIGC/CV

Posteriormente, com a necessidade de inverter a situação colonial vivente, os Cabo-verdianos começaram a tomar frente em algumas decisões políticas. Para tal criaram mecanismos que de uma forma ou de outra possibilitavam novos rumos em pôr

fim ao domínio colonial. Disso, a criação do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde como uma das bases de contestação do fenómeno colonização. O PAIGC foi criado pelo líder Amílcar Cabral¹² com objetivo de orientar a luta política para a Independência dos dois países, Guiné e Cabo Verde. Fixaram como missão essencial a unidade e luta.

“ (...) A 10 de Setembro de 1974, foi criada uma comissão para dirigir superiormente o Partido no período que antecedeu a chegada de Pedro Pires, e a quem foram atribuídos plenos poderes para representar o PAIGC nas ilhas, comissão essa constituída por Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva e Carlos Reis” (BATALHA, 2004, p. 274).

Para além do quadro administrativo, grupos de Cabo-verdianos começaram a ocupar posições de decisões políticas e nesta sequência, a direção do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Na possibilidade e necessidade de lutar contra o colonialismo, “a direção do PAIGC mandou formar um grupo de Cabo-verdianos em diferentes países, nomeadamente na Argélia, Cuba e União Soviética na primeira metade da década de 60” (PERREIRA, 2003, p.161).

O início da luta política pela libertação foi desencadeado a partir de uma unificação ideológica entre os Cabo-verdianos e os Guineenses (que eram também colonizados pelos portugueses), e que então lutaram contra o colonizador nas matas da Guiné-Bissau, dado que Cabo Verde não possui condições naturais para tal. Essa luta foi sobretudo pela procura da autonomia e da própria liberdade dos povos dos dois países (Guiné e Cabo Verde) – assim, considerada a luta de libertação nacional que foi protagonizada pelo líder Amílcar Cabral (PEREIRA, 2003).

Depois da luta da libertação nacional em Guiné-Bissau e dos acontecimentos político-militares, como impatos do 25 de Abril de 1974, Cabo Verde (com PAIGC como vanguarda) negociou a sua independência com Portugal.

O impato de tal negociação foi o Acordo da Independência, assinado entre Cabo Verde e Portugal no dia 19 de Dezembro de 1974, anunciando o Estatuto Orgânico do

¹²[1924-1973] Um Guineense, filho de pais Cabo-verdianos, que precocemente teve o espírito da luta política para a libertação nacional de Guiné e Cabo Verde. Foi fundador do Partido Africano Para a Independência de Guiné e Cabo Verde - PAIGC.

Estado de Cabo Verde, e assim, um Governo de Transição que teria como missão essencial

“executar as operações conducentes à eleição por sufrágio direto e universal, em 30 de Junho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, com a função de declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura Constituição desse Estado” (SILVA, 2010, p.16).

Cabo Verde veio a tomar sua independência a 5 de Julho de 1975, um ano após o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau.

Uma das bases determinantes desse resultado tem sido a própria luta em conjunto com Guiné-Bissau. Embora, posteriormente, houve uma separação partidária entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, ou seja os Cabo-verdianos criaram um novo partido, designado Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). O PAICV foi determinado pela LOPE - Lei da Organização Política do Estado¹³ (artigo 4º) como sendo a única força política da sociedade e do Estado. Esta separação foi sobretudo na sequência do Golpe do Estado em Guiné-Bissau em 1980.

Nesta época (1975) Cabo Verde foi marcado por pluralidade de atores que foram e/ou são considerados elites e que Cláudio Furtado designa de “Classe dirigente”, que ocuparam posições de autoridade formal no topo da sociedade e que tiveram uma influência significativa na representação do povo Cabo-verdiano. De fato, a sociedade, ou “a construção do novo Estado exigia também um número significativo de funcionários e quadros dirigentes que pudessem garantir a eficácia das novas instituições (...)” (FURTADO, 1997, p.138).

Uma das prioridades do regime do partido único na altura (1975-1990) foi a questão da participação da sociedade civil enquanto uma vertente de desenvolvimento. Ao desenvolver esse modelo de participação inicia-se a mobilização e organização da sociedade rumo a participar no processo de desenvolvimento da sociedade, recuperando as “traumas coloniais” se assim podemos dizer.

¹³ A LOPE foi criada nas vésperas da independência (04 de Julho de 1975) e entrou em vigor no dia da independência (05 de Julho de 1975). Tinha que no prazo de 90 dias submeter um projeto de Constituição para a Assembleia. Funcionava como uma pré-constituição, de modo que a primeira constituição foi criada cinco anos mais tarde, ou seja, em 1980 e no seu artigo 4º privilegiava o PAICV, sem margens para o surgimento de outros partidos (SILVA, 2010: P. 19).

2.1.2 O surgimento das primeiras Organizações (de massa) em Cabo Verde

Todo o arcabouço de mobilização política em vista ao envolvimento de toda população nas grandes causas nacionais que se prendem com o combate à fome, à mortalidade infantil, ao analfabetismo etc, tem sido um processo que iniciou depois da independência em 1975 (LOPES, 2002).

Neste contexto, foram criadas várias organizações de massa que vieram a servir como meios de participação com fortes envolvimento da população. De entre as organizações está presente a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV¹⁴), a Juventude Africana Amílcar Cabral – Cabo Verde (JAAC-CV), a Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV) e os sindicatos, com amplas intervenções nas áreas sobretudo de promoção (como é o caso da OMCV) da mulher, da juventude, da criança e dos trabalhadores (ANJOS, 2010).

Nessa sequência é interessante frisar a origem da OMCV, cuja trajetória inicial está ligada ao partido único (PAICV) no poder que no sentido de promover meios de participação e da transformação do país tendo em vista as grandes causas resultantes do período da colonização foi estabelecida a cooperação entre as elites e a sociedade civil.

2.1.3. A OMCV enquanto organização de massa

A OMCV é produto de uma comissão nacional das mulheres Cabo-verdianas organizada para conversar com as mulheres sobre os seus direitos, e colocá-las por dentro de “tudo” o que se passava no país. Uma organização de massa, hoje uma organização não-governamental, que nasceu no espírito de um grupo de mulheres que acharam que deveria existir um órgão que tratasse da questão exclusiva das mulheres. Resultou, segundo as falas de uma das dirigentes, de uma reunião de 1979 onde traçaram metas e pressionaram o governo na altura de modo a ter uma atenção especial para as mulheres de Cabo Verde.

Tratava-se de um trabalho de consciencialização e emancipação das mulheres frente à prática em que viviam de forma subestimada principalmente por parte dos

¹⁴ Uma organização de massa surgida em 1981 que posteriormente, em 1991 transformou numa ONG.

homens e procurar defender os princípios constitucionais ora estabelecidos sobre os seus direitos.

“As mulheres ocupavam lugares bem subalternados, nem sabiam sequer que tinham direitos e que podiam lutar por eles. Então na altura éramos um grupo de jovens e tínhamos acabado de sair dos bancos da luta pela Independência de Cabo Verde, daí é que resolvemos dar uma contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde através desse trabalho de consciencialização das mulheres sobre os seus direitos. (...) Esse trabalho foi sendo feito um pouco por todo o lado: na ilha de Santiago, São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, etc, e, finalmente, decidimos que era altura de criar uma organização. A comissão nacional organizadora já tinha feito um trabalho de base e então em 1982, através dessa comissão nacional convocamos uma reunião a nível nacional e proclamamos a criação da OMCV” (Entrevistada C, 2014).

As atividades que posteriormente à criação da OMCV vieram a desenvolver apresentam um caráter voluntário, dependente exclusivamente da disposição e da boa vontade de cada pessoa em dar o seu contributo na medida em que podia, conforme relata uma das entrevistadas:

“Começamos a entrar em contato com essas mulheres voluntariamente. Independentemente do que poderia vir a acontecer no futuro, queríamos como jovens (muito animadas com a independência nacional) dar uma contribuição (Entrevistada C, 2014).

Grande parte da mobilização foi feita no seio do próprio partido único – PAICV, até porque era uma organização de massa do partido, constituído essencialmente por mulheres com forte influência dentro do PAICV. Entretanto, criaram o núcleo de mulheres em todos os concelhos do país existente naquela altura e o trabalho definia as grandes linhas de intervenção na qual eram prioridades.

A “educação das mulheres” constituiu um eixo crucial de intervenção identificada, porém, todas as entrevistadas são da opinião que tal era fundamentalmente a questão básica na altura.

“A primeira coisa que definimos como prioridade na altura era a educação das mulheres. Educação no termo do ensino

acadêmico. Constatamos que havia zonas com alta percentagem de analfabetismo das mulheres. Por exemplo, no concelho da Praia chegavam 85% de mulheres analfabetas, umas mesmo na idade escolar e outras a maioria já adulta. Portanto, a percentagem de analfabetismo nestas ilhas principalmente nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e Maio (não tanto) tinha peso em todos os concelhos” (Entrevistada F, 2014).

Assim, a OMCV para além de ser a primeira organização depois da independência, foi a primeira organização feminina em Cabo Verde. Uma organização constituída e dirigida essencialmente por mulheres e a própria política a ela estabelecida direcionava quase que exclusivamente para as mulheres.

“Foi por causa de ter sido a primeira organização de mulheres de Cabo Verde surgida por muito pouco tempo depois da independência e havia muita coisa a fazer pela reorganização da sociedade. Nesta época não se falava de género, pois falava-se da emancipação da mulher e todo o alicerce foi criado em volta disso na organização. Para esclarecer, não fomos uma organização não-governamental típica, nem sequer se falava na época de Organizações Não governamentais, esse conceito não existia” (Entrevistada C, 2014).

“A OMCV tinha praticamente as mesmas funções do ministério da mulher, com intervenções em várias direções, o que considero ser uma coisa muito boa, no sentido de que trabalhamos na alfabetização das mulheres, mobilizamo-las para terem as suas próprias independência econômica, através de projetos que desenvolvemos. Trabalhamos muito na consciencialização de mulheres sobre os seus direitos e deveres, e por outro lado, na questão do planeamento familiar. O PMI (Planeamento Materno-Infantil) teve que existir neste momento, é uma proposta da OMCV, tivemos uma grande dispersão a fazer muita coisa que hoje em dia compete ao Estado de Cabo Verde” (Entrevistada C, 2014).

O trabalho que estava sendo feito “só com as mulheres” induzia ao erro de tratar a mulher separada do homem e isso pode ser visto como algo negativo na medida em que a “educação e consciencialização do homem” era posta de fora, ou seja,

“ (...) Não conseguíamos trabalhar o homem e a mulher enquanto parceiros e, depois de algum tempo chegamos a conclusão que podíamos estar a incorrer um erro trabalhar só o lado da mulher neste esquema de consciencialização dos direitos e também do planeamento familiar. Quem participava nas

reuniões eram as mulheres. Os homens ficavam em casa, ou então diriam que aquilo eram coisas de mulher” (Entrevistada C, 2014).

A própria forma como as práticas são reproduzidas acaba influenciando o comportamento do homem ou da mulher dependendo de situações. A mulher ser completamente dependente do homem, era um aspeto pendente, principalmente em termos económicos. Então os seus trabalhos rendiam como “trabalho escravo” em obediência aos seus maridos. Porque eram dependentes dos homens em todos os aspetos, principalmente, em termos financeiros.

Se como mulheres são educadas como que ao serviço do marido, então para sair de tal prática é conveniente consciencializar do mesmo modo o homem e a mulher no sentido de haver mais cooperação entre os dois. E não separadamente, “fazer a cabeça da mulher” se sentir possuidora dos mesmos direitos e deveres que todos os homens e não fazer entender os homens que de fato as mulheres tem os seus direitos.

Como sustenta a entrevistada F, a lei por si só também protegia os homens. Havia necessidade também de junto do ministério de justiça fazer com que a lei vigente que era lei colonialista, invertesse, criando espaços que as mulheres pudessem beneficiar. As primeiras atividades eram sobretudo ver se vai fazer pressão ao governo para mudar a legislação (Entrevistada F, 2014).

Essas organizações tiveram atuações em várias esferas da sociedade, e o contexto em que a sociedade vivia no momento exigia cada vez mais a criação de novos meios que permitisse minimizar os problemas que o país enfrentava.

O envolvimento da população nas causas que assolaram o país foi determinante no processo de transformação da sociedade. Considerando que o Estado não estava conseguindo “sozinho” dar conta das demandas que a maioria da população fazia, o surgimento das ONGs é vista como uma necessidade, por um lado de fazer frente a participação das restantes da população.

2.2 A Abertura Política ao multipartidarismo

Em 1979 ocorreu um conjunto de fraturas no interior do PAIGC que culminou com o surgimento do grupo denominado de *Trotskistas*¹⁵. A essa cisão se seguiu um conjunto de tensões no seio da burocracia entre os jovens quadros e os funcionários de partido. No quadro desse movimento de desgaste interno do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde - PAIGC e da conjuntura internacional desfavorável com o desmoronamento dos regimes de partido único na URSS e no Leste europeu surge o Movimento para a Democracia (MpD). Cabo Verde alinha-se com o movimento dos países nacionalistas e não-alinhados sob a influência ideológica dos estados socialistas (como por exemplo a URSS). A vaga da democratização se opera com a queda do muro de Berlim e, conseqüentemente, com as ditaduras do partido único, o PAIGC. O MpD pressionou a revisão constitucional, no sentido de promover o surgimento de um sistema pluripartidário. A revisão constitucional veio a ocorrer então em 1990, e a partir daí o fenômeno da abertura política (VARELA, 2011).

A abertura política ao multipartidarismo se deu em 1990 com as primeiras eleições legislativas em Janeiro de 1991. Desta eleição o MpD – Movimento para Democracia, saiu vitorioso.

A derrota do PAICV é justificada em várias causas tanto internas quanto externas ao partido do governo – PAICV. Koudawo (2001) defende que os dirigentes do partido vieram com as mesmas ideias radicais que eram implementadas na Guiné Conakry e Guiné-Bissau, para implantar em Cabo Verde, e não se preocuparam em conhecer os cabo-verdianos. Existia segundo ele um grande fosso entre a sociedade e os dirigentes.

O PAICV é visto neste aspeto como um libertador mal integrado. Não conhecia bem a elite intelectual que este país disponha e nem a sua população. Na perspectiva de Koudawo, este partido foi ingénuo, tendo em conta que na época das eleições preocupou apenas com os sucessos alcançados, e por isso perderam as eleições. No entanto, o *desconhecimento, ingenuidade e lealdade* constituem três aspetos chaves em caracterizar e incitar a vitória do MpD. (KOUDAWO, 2001).

¹⁵ Um grupo de quadros que eram ligados ao partido único, mas que eram contra a ideologia do partido. Estes quadros, na sua maioria se tornaram intelectuais radicais, organizaram e fizeram campanhas a favor da abertura política, apoiando o Movimento para a Democracia - MPD.

Por outro lado, na percepção dele, a igreja católica teve um papel preponderante. Sempre teve uma postura ativa neste país, desde a independência, lutando contra o controle total da sociedade. Continuou a lutar contra este fenómeno durante o regime do partido único. Lutou contra a tendência hegemónica do partido único, tendo como o seu principal meio, o periódico *Terra Nova*, através do qual expressavam as suas críticas.

Um outro fator apontado por ele é que o PAICV perdeu as eleições por causa do seu próprio sucesso. Houve resultados positivos, e com isso, as exigências também aumentaram e o PAICV não se preocupou com a realização dessas exigências, e isso fez com que houve a queda do partido (KOUDAWO, 2001).

Do mesmo modo que o PAICV estabeleceu políticas de desenvolvimento da sociedade no período pós independência, o MpD, veio intensificar cada vez mais os mecanismos de mudança e de desenvolvimento em todas as vertentes sociais. De entre os quais, a intensificação dos canais de participação principalmente da sociedade civil e das camadas mais desfavorecidas.

Dentro deste quadro do progresso, apraz nos mencionar aqui o surgimento tanto da OMCV quanto da MORABI, como exemplos de ONGs que criadas nesta senda de profundas transformações. A OMCV que antes era uma organização de massa, adquiriu a personalidade jurídica de ONG e como contraponto à OMCV surgiu a MORABI, uma ONG que também trabalha com questões voltada para as mulheres e na prática da cidadania.

2.2.1 A OMCV enquanto uma ONG

Na sequência dos trabalhos que a OMCV enquanto uma organização de massa vem desenvolvendo (ações voltadas essencialmente para as mulheres em Cabo Verde), e do fenómeno da abertura política que propiciou novos espaços e maior abrangência das atividades tanto a nível nacional quanto internacional, a OMCV veio a ter a aquisição da personalidade jurídica de ONG no dia 01 de Abril de 1991, conforme escrita no guia das ONGs de Cabo Verde (2007, p. 153).

Essa transformação pode justificar tanto na influência da lei das associações de 1987 anteriormente mencionada, que assegurou mecanismos de criação de ONGs quanto pela necessidade da própria organização em adquirir a autonomia face ao governo.

Segundo as falas de uma das entrevistadas, em 1981, a OMCV já tinha todo o alicerce criado. Chegando em 90, as suas próprias secretárias saíram da organização por questões partidárias, mas muito rapidamente os que ali ficaram conseguiram transformar a OMCV numa organização não-governamental legalmente em 1991, que apesar da existência de outras ONG, esta foi considerada a ONG de peso na altura (Entrevistada D). Por outro lado,

“Muitas pessoas acharam que tinham que sair da OMCV porque saíram do PAICV, principalmente as oportunistas, todos têm direito de mudar de ideia. Todos aqueles que fizeram o MPD subir ao poder já faziam parte do PAICV e essas pessoas nem eram da estrutura de base, eram pessoas que estavam na direção do PAICV, Carlos Veiga por exemplo, Eurico Monteiro e entre outros. Enfim, acredito que fizeram por convicção, mas também acredito que não foram eles que fizeram a mudança política, porque se o PAICV pusesse pé na parede de não fazer a mudança política, eles não conseguiriam fazer a mudança política” (Entrevistada A, 2014).

Este parágrafo acentua a militância partidária por parte dos dirigentes das ONGs, de modo que mesmo estando na direção de um organismo não-governamental defende fortemente a ideologia partidária a partir de um passado enraizado na sua história de vida profissional com engajamento nos partidos políticos.

O período de 1990 marcou a transição democrática do país. Entretanto muitas das pessoas que vieram a fazer parte do partido opositor – MPD, constituíam anteriormente os membros do PAICV.

Koudawo (2001) partilha a ideia de que as *contradições internas* no seio do partido constituem um dos fatores que esteve na origem da transição democrática em Cabo Verde. Esta causa é marcada essencialmente pela divisão no seio do PAIGC/CV, principalmente com a influência dos chamados *Trotskistas* que “dividiu o partido ideologicamente”, e que mais tarde esses vieram a fazer parte do grande partido da oposição nas campanhas eleitorais (o MpD). Entretanto as pessoas na qual faziam parte do PAICV criaram divergências ideológicas no seio do partido. Contudo,

“(…) Muitas pessoas fizeram por convicção, mas outras fizeram por oportunismo porque principalmente aqui em Santiago muitas pessoas “correram” para o MPD porque na

cabeça deles a mudança política era a melhoria de vida deles” –
relata a entrevistada F.

Nas palavras desta entrevistada, existia na altura uma direção nacional que era comandada essencialmente por um grupo de mulheres, na qual ela faz parte, e que foi trabalhar arduamente na criação da OMCV.

“Por exemplo a Isaura Duarte, a Helena, faziam parte da OMCV, (...) eram um grupo bem grande, creio que éramos cerca de 20 e tal naquela altura. Depois vinham as secretárias nacionais que eram profissionais da OMCV, pois trabalhavam na OMCV a tempo inteiro” (Entrevistada F, 2014).

Desde 1991, com o multipartidarismo, a OMCV passou a desenvolver seu trabalho como organização não-governamental (ONG), ou seja, autônoma em relação ao partido político na qual sua origem está ligada, desenvolvendo trabalhos sobre os direitos das mulheres, saúde sexual e reprodutiva, como prevenção do HIV/AIDS e violência de género (orientações jurídicas) e, principalmente, no desenvolvimento econômico com forte aposta no microcrédito e orientação e/ou treinamento vocacional para mulheres, que consiste em empréstimos para a garantia do seu auto emprego. Ainda uma dedicação enorme sobre participação cívica das mulheres.

2.2.2 Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI

Logo de seguida à vitória eleitoral do MpD – Movimento para a Democracia em 1991, e em contraponto à OMCV, foi criada a Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI), de 1992.

A MORABI conforme indica o Guia das ONGs de Cabo Verde é uma organização não-governamental de nacionalidade cabo-verdiana que foi criada numa assembleia constituinte em 29 de Janeiro de 1992 e teve a aquisição de personalidade jurídica de ONG a 28 de Março de 1992, com publicação no Boletim Oficial a 31 de Outubro de 1995 (2007, p.140-141).

No que diz respeito à sua organização interna e funcionamento, a MORABI é composta por 220 membros e 11 dirigentes. Quanto ao responsável máximo – tem uma

presidente que foi eleita em 31 de Março de 2007. No que se refere aos órgãos sociais, a instituição é constituída por uma Assembleia Geral, Conselho Diretivo e Conselho Fiscal. Pessoal permanente: 10 técnicos, 08 quadros administrativos, 19 agentes de crédito e 01 jurista (Guia das ONG's de Cabo Verde, 2007, p.140 e141).

A organização concentra vários domínios/atividades de intervenção. Especificamente propõe intervir na área do ambiente, desenvolvimento comunitário, educação, estudos e projetos, formação profissional, habitação social, infra-estrutura, micro-crédito, pesca, saneamento e saúde.

Atuam ainda em outras atividades como a ação social, apoio psicossocial, assistência técnica, educação para a cidadania, inserção social, investigação, promoção feminina e combate ao VIH/SIDA.

No entanto, as atividades desenvolvidas pela MORABI têm como público-alvo: as Comunidades locais, famílias, jovens, mulheres, pescadores, rabidantes (comerciante), seropositivos, pobres e órfãos.

No que diz respeito à área geográfica de atuação, a MORABI intervém em todo o território nacional. Quanto aos Parceiros/Filiação, tem como fontes de financiamento: a CCS-SIDA, Cooperação Bilateral, MCA, Ministérios, ONG's do Norte, Plataforma das ONG's, etc. Filiação: Plataforma das ONG's (Setembro de 2000) (Guia das ONGs de Cabo Verde, 2007, p.140).

O percurso da organização inicia se com o programa de promoção socioeconômica da mulher. Nessa altura em 1994 abrangia a parte de formação de micro crédito e em 1998 é que houve uma separação do programa de crédito e programas de formação e os de promoção socioeconômica da mulher passaram a ser programas autônomas. Na preocupação de ter a sua sustentabilidade, a MORABI cedo se tratou de estabelecer contato com outras instituições que poderiam assegurar o financiamento em projetos que elaboravam. Seguiu assim, na elaboração de plano estratégico, na elaboração dos manuais de procedimentos bem como a formação do estágio na instituição.

O trabalho foi em grande parte desenvolvido através de projetos, o que é óbvio na ideia de todas as dirigentes entrevistadas. A título de exemplo houve no período de 1998, uma forte ligação com uma organização americana que fazia gestão da ajuda alimentar e que também estava a implementar o programa de luta contra pobreza em

Cabo Verde, então a MORABI estabeleceu contatos e elaborou um projeto no sentido de trabalhar com trezentas mulheres mais pobres da cidade da Praia. A experiência serviu de ponta pé de saída para a montagem do programa de microcrédito.

Nas palavras da atual presidente Lúcia dos Passos, a criação da MORABI em Cabo Verde deve-se em parte ao resultado das atividades desenvolvidas durante o segundo decénio da mulher, após a Conferencia Mundial de Nairobi, em que foi realçada a importância da participação ativa da mulher no processo de desenvolvimento e reafirmada as recomendações de Copenhaga sobre a igualdade.

A partir daquele momento, em 1991 decidiram criar tal organização que em 28 de Março de 1992, um ano após a sua criação adquiriu a personalidade jurídica de ONG, constituída por cerca de 220 membros sem distinção de sexo e aberta a todas as pessoas que aceitam os estatutos da organização.

Assim como a OMCV, a MORABI desenvolve ações em saúde sexual e reprodutiva, violência de gênero (atendimento psicológico) e especialmente microcrédito para mulheres, como políticas orientadas ao empoderamento das mulheres. Os trabalhos dessas duas ONGs (OMCV e MORABI) são reconhecíveis sobretudo por parte das próprias mulheres, neste caso as dirigentes entrevistadas, que realçam a forma como a organização tem trabalhado na sensibilização e no aperfeiçoamento de novas práticas sociais e a incorporação de novos estilos de vida:

“Os maridos emigram, as mulheres nem sequer sabem assinar o seu nome para receberem a remessa que os seus maridos enviam, assim, a primeira tarefa na OMCV foi alfabetizar. Depois de alfabetizar as mulheres, a OMCV deu início com a criação de uma estrutura de planeamento familiar que o governo possivelmente veio a adaptar e criar a estrutura da saúde sexual e reprodutiva que existe hoje conhecida como PMI - Planeamento Materno Infantil...” (Entrevistada D, 2014).

Por outro lado, tem sido feito trabalhos relacionados com a questão do planeamento familiar, no sentido da sensibilização e capacitação não só das mulheres, mas envolvendo também os homens que na sua maioria tenderia a um não-reconvertimento à determinadas práticas interiorizadas.

“(…) Existe agora uma estrutura da saúde sexual reprodutiva das mulheres e dos homens em função da política da igualdade do género. Mas, foi com a OMCV que iniciou essa tarefa de ensinar as mulheres como fazer o planeamento familiar. Posteriormente, com a falta de condições na OMCV no reforço deste projeto, o governo veio a apoiar este projeto e criou uma estrutura do Planeamento Familiar com cuidados maternos infantis (PMI-PF)” (Entrevistada D, 2014).

Veio a proporcionar a criação de uma estrutura renovada que é o Centro de Saúde Sexual Reprodutiva da Mulher. Esses constituem um dos primeiros passos da OMCV e da MORABI, para além de também iniciar um primeiro preâmbulo de uma lei da interrupção voluntária da gravidez legalizada desde os anos oitenta.

2.2.3 A dinâmica dos partidos políticos em Cabo Verde

Na sequência histórico-partidária, o MpD e o PAICV são duas principais forças políticas em Cabo Verde, embora, existem outros partidos políticos que são partidos pequenos, a saber: o Partido da Convergência Democrática – PCD (1994), o Partido Social Democrática – PSD (1992), o Partido do Trabalho e da Solidariedade – PTS (1992). Tem ainda a UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática, que surgiu em 1974, vigora até hoje, mas a sua representação é pequena no parlamento.

O PCD já teve um mandato parlamentar em 1995 e em 2001 na coligação Aliança Democrática para a Mudança (ADM) com o PTS e a UCID em 2006 e 2011.

A dinâmica partidária de Cabo Verde deve-se ao revezamento no poder do MPD e do PAICV. Em outras palavras, o MPD esteve no poder no período de 1991 até 2001, depois houve renovação com novas eleições, ou seja, o poder ficou sobre o domínio do PAICV de 2001 até a atualidade, pelo fato de ter sido reeleito em mandatos consecutivos, não havendo ainda a renovação partidária no poder.

Entretanto, na atualidade, a MORABI e a OMCV não são mais vistas a partir da ligação partidária (apesar de haver quem as considere), dada à consolidação dessas entidades como ONGs em concorrência por financiamentos de organismos internacionais.

CAPÍTULO 3

O PERFIL DAS ELITES DAS ONGS CABO-VERDIANAS: A OMCV E A MORABI COMO REFERÊNCIAS DO ESTUDO

3 Caracterização do perfil social das dirigentes

Se tratando de um país pobre em termos de recursos naturais e série de outros problemas sociais, políticos e econômicos, os atores sociais se sentiram obrigados a angariar formas de solucionar alguns problemas, principalmente da exclusão social, mormente a nível político, da descentralização do poder. Uma dessas formas é, portanto, conforme foi sustentado anteriormente, a criação de Organizações Não-Governamentais, que atuam em vários domínios, conforme o contexto e a situação em que se vive. A este propósito, algumas pessoas se posicionaram na linha da frente, atuando como liderança das ONGs ora criadas.

3.1 Caracterização do perfil social das dirigentes das ONGs em Cabo Verde: Os casos da OMCV e da MORABI

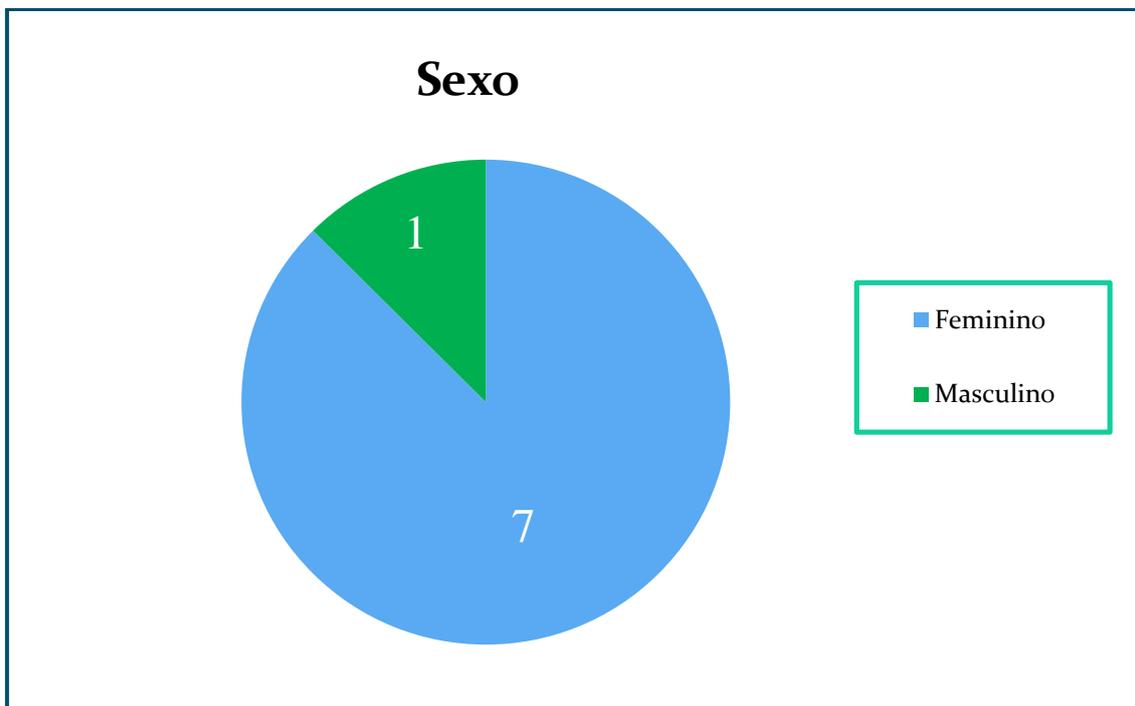
Para traçar os perfis sociais das dirigentes das duas ONGs em estudo ocupamos da realização de um inquérito estruturado¹⁶ aplicados num universo de onze dirigentes. Destes, oito acabaram por responder o questionário (três questionários não tiveram respostas) o que nos levaram a trabalhar com essa amostra de oito dirigentes para analisar o perfil das mesmas.

Dos questionários obtidos criamos uma base de dados, filtradas no Excel e a partir daí, tratamo-los de forma a encontrar os resultados quantitativos em cada variável em estudo.

A OMCV e a MORABI identificam-se como duas ONGs de promoção feminina Cabo-verdianas em que as dirigentes são predominantemente mulheres. Ou seja, dos oito inquéritos obtidos apenas um (1) indivíduo do sexo masculino foi dirigente (neste caso na MORABI) e outras sete (7) são mulheres. A OMCV não teve nenhum presidente do sexo masculino.

¹⁶ O questionário encontra-se disponível em anexo, com as referidas variáveis que abordamos para a investigação.

Gráfico 1: Percentagem das dirigentes por sexo



Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Levando em consideração a dimensão da amostra (08 dirigentes) torna-se necessária trabalhar mais com a frequência relativa do que uma análise em termos percentuais.

Os dados a que se referem ao **estado civil** das dirigentes mostram que a maioria delas é casada. Uma dirigente apresentou-se na condição de solteira e uma é divorciada. As restantes seis dirigentes são casadas.

3.1.1 Origem geográfica

Quanto à origem geográfica, aferimos que a maior parte das dirigentes destas duas ONGs são originárias da ilha de Santiago, isto é, cinco (5) das dirigentes. Santiago é a maior ilha do país em termos populacionais e é ali que situa as sedes das duas ONGs, embora tenham distribuições em outras restantes ilhas. As outras dirigentes são das ilhas do Fogo (1), Santo Antão (1), e São Nicolau (1).

Tabela 2: Distribuição das dirigentes por ilha de nascimento

Ilha de nascimento das dirigentes	Fr
<i>Fogo</i>	<i>1</i>
<i>Santiago</i>	<i>5</i>
<i>Santo Antão</i>	<i>1</i>
<i>São Nicolau</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Fr – Frequência relativa que corresponde ao número de dirigentes nascidas em cada ilha.

A origem geográfica das dirigentes poderá estar ligada com a origem dos seus ascendentes. Esta variável permite analisar a questão da mobilidade social das dirigentes em relação aos seus ascendentes levando em consideração os lugares (ilhas) onde nasceram.

A ilha de Santiago revela-se como a ilha de onde os pais são mais provenientes. Conforme ilustra a tabela 3, das oito dirigentes inqueridas quatro dos seus pais são da ilha de Santiago, dois são da ilha do Fogo e as restantes são das ilhas de Boa Vista e São Nicolau respetivamente.

Tabela 3: Ilha de nascimento dos pais das dirigentes

Ilha onde nasceu o pai	fr
<i>Boa Vista</i>	<i>1</i>
<i>Fogo</i>	<i>2</i>
<i>Santiago</i>	<i>4</i>
<i>São Nicolau</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Dos dados sobre o local de nascimento das mães, a metade delas, que corresponde à maioria (correspondente à quatro delas) são da ilha de Santiago. Porém, as restantes são das ilhas do Maio, Fogo, Santo Antão e São Nicolau respetivamente.

Tabela 4: Ilha de nascimento das mães das dirigentes

Ilha onde nasceu a mãe	fr
<i>Maio</i>	<i>1</i>
<i>Fogo</i>	<i>1</i>
<i>Santiago</i>	<i>4</i>
<i>Santo Antão</i>	<i>1</i>
<i>São Nicolau</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Entretanto, no que se refere à origem geográfica, tanto as dirigentes quanto os seus ascendentes são maioritariamente da ilha de Santiago. É notável que neste período de 1990 até 2013 na OMCV e na MORABI nenhuma das dirigentes são oriundas das ilhas de São Vicente, Sal e Brava.

3.2 A Dimensão Socioeconômica

Na dimensão socioeconômica analisamos as variáveis profissão e trajetória profissional tanto das dirigentes quanto dos seus ascendentes no sentido de averiguar a questão da mobilidade social existente.

3.2.1 Situação profissional das dirigentes

A profissão assim como o diploma constituem como um dos títulos entre muitos outros que respaldam a posição social do indivíduo. É relevante ter em consideração as lógicas históricas e profissionais da formação e reconstrução das elites, da sua formação académica e da sua carreira pessoal e profissional em simultâneo (CORADINI 1997a 2005).

O objetivo inicial do inquérito para a dimensão socioeconômica das dirigentes bem como dos seus ascendentes é de averiguar quais as profissões atuais das dirigentes. Dos resultados obtidos constatamos que alguns dados não se referem à profissão em si, mas sim, consideramos ser situação profissional, como o caso da dirigente que afirmou ser aposentada.

De forma distinta, os dados apresentam duas das dirigentes que são sociólogas. As outras seis dirigentes desempenham funções de assistente social (1), engenheiro de alimento (1), gestora de projetos (1), uma dedica o seu trabalho exclusivamente à ONG

na qualidade de presidente e uma outra que já é aposentada. Um outro caso revela o cargo de vereadora como sendo a sua situação profissional, que a propósito, é um cargo eleito a nível municipal.

Tabela 5: Situação profissional das dirigentes

Situação Profissional	Fr
<i>Aposentada</i>	<i>1</i>
<i>Assistente Social</i>	<i>1</i>
<i>Engenheiro de alimento</i>	<i>1</i>
<i>Gestora de projetos</i>	<i>1</i>
<i>Presidente da ONG</i>	<i>1</i>
<i>Socióloga</i>	<i>2</i>
<i>Vereadora</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

As tabelas 6 e 7 ilustram a situação profissional atual dos ascendentes. Os dados apresentam a situação profissional dos ascendentes relacionando com a das dirigentes de forma diferenciada. Neste processo, as dirigentes possuem um certo *status* social em relação aos seus pais. Na sociedade Cabo-verdiana, essas profissões desempenhadas pelos pais são “desvalorizadas” e muitas vezes não tem um rendimento econômico estável, salvo a profissão de professor que é de elevada consideração. A profissão de professor é desempenhada por dois pais de duas dirigentes. As profissões de agricultor, comerciante, marceneiro e marítimo são situações em que o indivíduo não tem um rendimento garantido, ou seja, no caso por exemplo de agricultor, o seu lucro depende da quantidade da chuva durante o ano para a produção e, conseqüentemente, caso o produto esteja em abundância dificilmente se consegue comercializar.

3.2.2 Situação profissional dos ascendentes.

Dentre as atividades desempenhadas pelas mães das dirigentes, a profissão de doméstica é desempenhada pela maioria delas (5 mães). Não muito valorizada na sociedade e subestimada. Isto pode ser justificado de certa forma pela cultura existente anteriormente à independência do país, ou seja, pelo fato de as mulheres serem em grande parte excluídas de certas atividades da sociedade e pela própria cultura machista existente desde o período colonial.

Os espaços concebidos para as mulheres foram desde sempre o lar, aos cuidados dos filhos e dos maridos. Entretanto, o aspeto cultural é relevante neste processo para justificar a situação de doméstica. Por um lado, a cultura patriarcal restringe o acesso à educação por parte das mulheres que ao contrário de ser considerada como uma necessidade e um direito das mulheres, mas simplesmente coisa dos homens. E como as suas tarefas eram exclusivamente em casa, então não precisavam apreender a ler e a escrever para desempenhar tal função (GOMES, 2011: P.106).

Tabela 6: Situação Profissional dos pais das dirigentes

Situação Profissional	Fr
<i>Agricultor</i>	<i>1</i>
<i>Comerciante</i>	<i>1</i>
<i>Marceneiro</i>	<i>1</i>
<i>Marítimo</i>	<i>1</i>
<i>Professor</i>	<i>2</i>
<i>Técnico agrário</i>	<i>1</i>
<i>Tesoureiro da alfândega</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Comparativamente à situação profissional dos pais verifica-se uma enorme diferença como ilustra a tabela 6. Dos pais que são professores não identificaram qual a categoria de ensino, ou seja, se é do ensino primário, secundário ou superior. Por outro lado, os pais ainda ocupam as funções de marítimo, de comerciante e de agricultor respetivamente.

Tabela 7: Situação Profissional das mães das dirigentes

Profissão da mãe	Fr
<i>Comerciante</i>	<i>2</i>
<i>Costureira</i>	<i>1</i>
<i>Doméstica</i>	<i>5</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Além de serem dirigentes em organizações não-governamentais, as mesmas já desempenharam e/ou desempenham outros cargos na administração pública. Os cargos desempenhados por cada uma delas são apresentados na tabela 8 com resultados de forma proporcional em termos do número de dirigentes. Destes, o cargo de delegadas no governo é apresentado como o mais desempenhado, ou seja, por 50% dos dirigentes, sendo que as outras 50% estão distribuídos em diferentes outros cargos.

3.2.3 A relação da profissão das dirigentes na função pública

Todas as dirigentes entrevistadas e inqueridas afirmaram que pertencem ao quadro definitivo da administração pública. Delas, duas estão inseridas no ministério da educação e uma no ministério da juventude, no ministério de desenvolvimento rural, no Ministério dos Negócios Estrangeiros respetivamente. Outras duas restantes sustentaram apenas ser do quadro definitivo, mas não mencionaram em que ministério.

Tabela 8: Cargos desempenhados na função Pública pelas dirigentes

Funções na administração pública	Fr
<i>Delegada</i>	<i>1</i>
<i>Delegada do governo</i>	<i>1</i>
<i>Delegada no ministério da educação</i>	<i>1</i>
<i>Delegada no ministério da juventude</i>	<i>1</i>
<i>Diretora. Assessora</i>	<i>1</i>
<i>Diretora-Geral de educação</i>	<i>1</i>
<i>Funcionária Pública na Assembleia. Combatente da Liberdade da Pátria</i>	<i>1</i>
<i>Técnico superior, professor, diretor geral</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Os sentidos de circulação dessas elites nos cargos de chefia na Administração Pública em relação com as ONGs foram aferidos da seguinte forma:

1. A saída da ocupação de cargos eletivos do partido para a ONG, que neste caso, para o período estipulado ou seja, o mandato de quatro anos de direção numa ONG, essa dirigente acabou ocupando em simultâneo a direção da ONG e vice-presidente do partido, além de fazer parte do membro da direção nacional do partido neste mesmo período.

2. Casos de dirigentes que após ter liderado a ONG, no mandato estabelecido foi ocupar cargos de direção na administração pública.
3. Aparece ainda dirigente cuja situação profissional (atualmente) é de vereadora, o que mostra que houve circulação na ocupação dos cargos saindo de uma ONG para cargos eletivos nas listas partidárias, neste caso na Câmara Municipal.

Os dados relativamente aos cargos de chefia desempenhados na Administração Pública permitem reforçar a ideia de que realmente as dirigentes da OMCV e da MORABI já ocuparam cargos de chefia tanto nas Instituições Não-Governamentais quanto Governamentais. Em algumas situações constata-se, através do indicador período temporal do desempenho dos cargos de chefia na administração que algumas das dirigentes já ocuparam em simultâneo cargos de direção na ONG e numa administração pública.

Tabela 9: Cargos de Chefia na Administração pública

Cargos de chefia na administração pública	Fr
<i>Coordenadora central ICM (1989-1991). Delegada INDP (1993-1995)</i>	<i>1</i>
<i>Correspondente nacional cilsa (1985-1990)</i>	<i>1</i>
<i>Delegada do governo (1987-1989)</i>	<i>1</i>
<i>Diretora das relações de cooperação nas Nações Unidas</i>	<i>1</i>
<i>Diretora de gabinete (2003-atual). Deputada</i>	<i>1</i>
<i>Diretora-Geral. Conselheira do Primeiro-Ministro (2001-2003). Embaixadora (2003-2010)</i>	<i>1</i>
<i>Diretor-Geral</i>	<i>1</i>
<i>Não Desempenhou</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

3.2.4 A relação da profissão das dirigentes na função Privada

No que diz respeito aos cargos desempenhados nas instituições privadas, três das dirigentes afirmaram no questionário ter desempenhado cargos de chefia, mas não mencionaram em qual instituição. Além dos cargos de presidência nas Organizações

Não-Governamentais, OMCV e MORABI, uma das dirigentes afirmou ter desempenhado cargo de presidente em uma outra ONG - a SOLMI¹⁷.

Tabela 10: Cargos de Chefia desempenhados numa instituição privada

Cargos de chefia na instituição privada	Fr
<i>Diretor dos recursos humanos</i>	<i>1</i>
<i>Presidente da OMCV. Plataforma das ONGs. SOLMI</i>	<i>1</i>
<i>ONG</i>	<i>1</i>
<i>Presidente da MORABI (2007-atual)</i>	<i>1</i>
<i>Presidente da OMCV (1990). Presidente Verdefam (2000)</i>	<i>1</i>
<i>Nenhum cargo mencionado</i>	<i>3</i>
<i>Total Geral</i>	<i>8</i>

Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

3.3 Afinidade e participação política

A militância e a simpatia partidária constituem elementos cruciais numa organização política para fazer valer o funcionamento da mesma dando sentido à ação política. Tanto a ideia de o que seria uma organização política quanto de uma ação política enfatiza a ideia daquilo que está ligado à “política” e inerente à ação governamental. O envolvimento da simpatia e da militância partidária está mais diretamente associada à ação governamental. Neste sentido questionamos: e para uma ação não-governamental? Como a simpatia e a militância partidária poderão estar envolvidas?

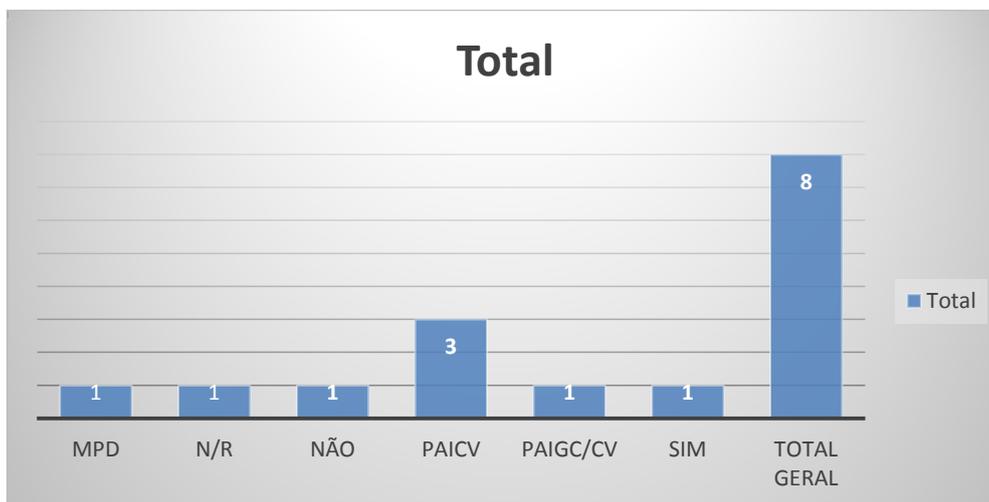
Uma das hipóteses levantada neste trabalho concebe a ideia de que existe uma forte ligação das ações governamentais com as ações não-governamentais por parte das dirigentes da OMCV e da MORABI no desempenho das suas funções nestas duas instituições.

Os dados revelam que a maioria das dirigentes da OMCV e da MORABI possuem uma simpatia partidária, salvo uma dirigente que afirmou não ter nenhuma simpatia partidária e mais uma que não respondeu o questionário. Destas, quatro

¹⁷ Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção. Criada em 1991, esta ONG propõe trabalhar nos domínios de apoio a grupos vulneráveis, conservação de solos e água, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento rural, formação profissional, habitação social, exclusão social, etc. (Guia das ONGs de Cabo Verde, 2007: p. 177-178).

afirmaram ser militantes do PAICV¹⁸; uma do MPD; duas não se identificaram a que partido político são militantes e uma confirmou não ser militante de nenhum partido político.

Gráfico 2: Simpatizante de algum partido político (qual?)



Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes. (N/R. Sim. Não)¹⁹

Ao abordar a variável militância partidária, os dados do inquérito respondem pelo militante, pelo não militante e em qual partido político cada dirigente é militante. Desta forma, num total de oito dirigentes que preencheram questionário, quatro são militantes do PAICV, uma do MPD. Uma não é militante de nenhum partido político e duas são militantes, mas não indicaram em qual partido.

Ao relacionar com os dados da simpatia partidária, verifica-se os mesmos resultados numericamente. Entretanto ao procurar fazer uma correspondência aferimos que os resultados dessas duas variáveis são das mesmas dirigentes.

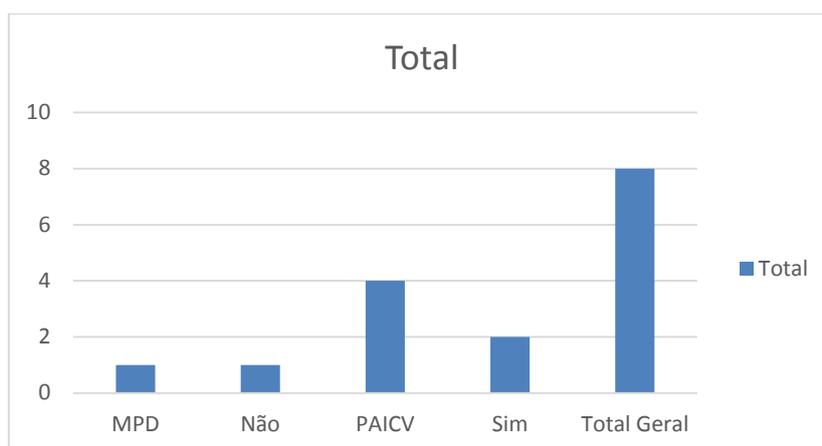
¹⁸ Uma das dirigentes é militante desde o período do PAIGC, que posteriormente transformou no PAICV. Por isso, a designação no gráfico PAIGC/CV.

¹⁹ N/R – Não sabe/não responde

Sim – É simpatizante de algum partido político (embora não indicaram em qual partido)

Não – Não é simpatizante de nenhum partido político

Gráfico 3: Militante de algum partido político (qual?)



Fonte: Inquérito aplicado aos dirigentes

Até que ponto a OMCV e a MORABI podem ser consideradas instituições partidarizadas?

As variáveis simpatia e militância partidária dão algumas pistas de reflexão com relação a partidarização das ONGs, mas não são suficientes para determinar e/ou caracterizá-las como tal.

Essas duas ONGs são muitas vezes associadas aos partidos políticos em Cabo Verde, nomeadamente, o PAICV e o MPD levando em consideração a variável histórica das conjunturas do surgimento das duas ONGs. O fato de fazer parte de uma organização não implica que automaticamente é militante de algum partido político, de modo que pode estar em jogo não só a questão partidária, como também a própria contenda ideológica.

Vejamos o seguinte:

“Cada pessoa por natureza tem a sua ideologia, se quisermos inclusive podemos dizer, a minha ideologia é mais da esquerda ou é mais da direita. Pelo fato de que sou ideologicamente muito mais de esquerda num país bipolar, como Cabo Verde, em termos partidários tem o PAICV que é de esquerda e o MPD que é de direita, então eu sou mais próxima do PAICV porque eu sou de esquerda ideologicamente e quem é de direita, por natureza está mais próxima do MPD. Então quem esteve antes na OMCV e quem veio a entrar na OMCV depois de 91 são muitos, porque a OMCV que existe hoje não é aquela que

existiu no tempo do partido único porque houve uma refundação da OMCV transformando-a em ONG” (Entrevistado L²⁰, 2014).

Como os líderes partidários analisam as líderes das ONGs levando em consideração as variáveis militância e simpatia partidária? Segundo as entrevistas, esta questão é muitas vezes associada com o momento de redistribuição de recursos tanto na MORABI quanto na OMCV. O depoimento seguinte aborda uma parte desta questão:

“Mas nós temos algumas dificuldades com os próprios dirigentes em alguns partidos. Temos alguns mais radicais e outros que são menos radicais e tem nesse momento um ou outro que se vê como uma relação política. Mas a OMCV não tem nada a ver com isso, o próprio presidente é pressionado... se calhar tem tendência em ver a OMCV – PAICV e MORABI – MPD, tem essa tendência e não podemos negar e os próprios dirigentes dos partidos consideram que é assim... quando não devia ser porque pode ser que dentro do grupo existe pessoas com afeto a um partido ou outro e é uma coisa normal e numa democracia temos que saber aceitar essa questão”

(Entrevistada J, 2014).

As observações dos resultados das entrevistas e dos inquéritos deixam claramente que as dirigentes da OMCV são militantes e simpatizantes do PAICV e as dirigentes da MORABI são militantes e simpatizantes do MPD. Porém, esses componentes podem não definir o caráter institucional em si como sendo partidário, de modo que, conforme defendem as dirigentes, as ações e as ideologias do partido não envolvem a ONG e nem vice-versa.

É de salientar que o vínculo partidário encontra-se presente principalmente nas dirigentes que antes de se engajar nas ONGs já faziam parte do elenco partidário nas Lutas de Libertação Nacional. A maioria das dirigentes que são consideradas fundadoras da OMCV teve envolvimento participativo no processo da luta de libertação nacional em Guiné-Bissau, e de entre elas a entrevistada F.

“ (...) Então, foi na Guiné que se desenrolou a luta armada de libertação nacional. Houve participação de alguns cabo-verdianos e cabo-verdianas na qual eu faço parte deste elenco. Um pequeno grupo, mas que deu condições realmente muito grande ao desenvolvimento e que veio terminar nas

²⁰ Ex-presidente da Plataforma das ONGs de Cabo Verde.

independências de Guiné em setenta e quatro e Cabo Verde em setenta e cinco” (Entrevistada F, 2014).

As dirigentes da OMCV foram recrutadas das diversas arenas de onde formam para tomar parte na organização. A partir das suas falas consegue-se perceber que a maioria das dirigentes foi requisitada do Estado e foram se cristalizando nas ONGs. Uma possível “circulação” se verifica na forma como saíram das posições de secretárias para as posições mais elevadas num segundo momento - nos cargos de direção.

“ (...) Quanto a mim, o Estado é que me pagava porque eu fui requisitada do Estado. Saí da promoção social do Estado para a promoção social da OMCV. A Dori (alcunha) saiu também de São Vicente e veio aqui como secretária nacional. A Crispina era professora e foi requisitada do ministério da educação para vir trabalhar na OMCV. Era um grupo bem pequeno que eram secretárias e que se constatar, todas já foram presidente da OMCV” (Entrevistada F, 2014).

Grande parte das pessoas que enquadravam num elenco político, ou seja, que diretamente envolviam com questões políticas da sociedade acabaram por ser militantes do partido único existente e, a partir daí teve forte influência em aderir às organizações que no momento nem se constituía uma verdadeira organização, mas a estrutura e os princípios foram reestabelecidos ao longo do tempo.

“Tenho o estatuto de combatente e acabei-me tornando militante. Não havia uma experiência de Organização em Cabo Verde, naturalmente. Nós é que fundamos a organização e, da minha parte eu cresci com essa organização, fui encontrando soluções dentro da organização, por isso é que eu disse que nós trabalhamos em várias frentes. Éramos também um grupo de mulheres dirigentes que tínhamos que planificar e dar orientações. Não estudamos isso em nenhuma escola, nós fizemos essa escola dentro da organização, toda a nossa formação construímos a partir da organização, portanto, uma espécie de formar trabalhando (Entrevistada C, 2014).

Em suma, numa análise histórica do contexto do surgimento da OMCV e da MORABI desenvolve-se a tese de que a OMCV e a MORABI constituem organizações com ligações partidárias. Os membros que delas fazem parte possuem fortes ligações com os partidos políticos na qual militam e simpatizam e em alguns casos que

trabalham em cargos vinculados ao determinado partido político. Em contrapartida, defendem não deixar interferir a ideologia partidária nas suas ações não-governamentais.

3.4 A ocupação dos cargos de direção na OMCV e na MORABI: quais os critérios?

A ocupação dos cargos de direção numa ONG segue as regras estabelecidas nos estatutos de cada ONG e na própria Plataforma das ONGs em Cabo Verde. Na verdade, toda e qualquer Organização Não-Governamental possui uma estrutura básica de funcionamento.

A direção da OMCV é o órgão executivo e administrativo, constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, tesoureiro e três vogais eleitos pela Assembleia Geral por um período de 4 anos (Estatuto OMCV, p.9). Da mesma forma, a direção da MORABI é o órgão executivo e administrativo, constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, tesoureiro e vogais eleitos por um período de 4 anos (Estatuto MORABI).

Enquanto ONG, as questões do acesso das pessoas aos cargos de direção são levadas em consideração. De acordo com o estatuto, o recrutamento do pessoal dirigente numa ONG deve-se essencialmente a um período determinado (um mandato de quatro anos) renovável e exigem as condições regidas em cada estatuto.

No processo de escolha dos candidatos para ser presidente da OMCV e da MORABI alguns critérios são levados em consideração, a saber: o relacionamento com pessoas, a origem regional, o capital político, relações de confiança com a tutela (presidente atual) e a competência técnica em termos de experiência profissional, que no caso está adequado às funções que desempenham nas instituições e refere ao conhecimento adquirido durante a sua formação profissional. Esta variável está relacionada a todas as dirigentes como sendo o fator determinante no acesso ao cargo de presidente, conforme sustentam as entrevistadas. De seguida, a origem regional revela como um indicador fortemente influenciável.

Outro fator que parece estar por detrás do processo de acesso ao cargo de presidente na OMCV e na MORABI é a influência dos amigos. Este aspeto é percebido utilizando a técnica de observação durante algumas entrevistas e, por outro lado,

algumas das dirigentes mencionaram como fator de base no seu acesso à instituição em si e, posteriormente ao cargo de presidente.

Entretanto, embora os dados do questionário mostraram a competência técnica como fator básico para o acesso ao cargo de presidente na OMCV e na MORABI, os dados das entrevistas permitiram tirar outras conclusões que não foram ditas diretamente. Por um lado, elementos de cooptação dos indivíduos, ou seja,

“Como voluntária, fui convidada para ser membro da MORABI e depois como profissional, foi uma coincidência de eu ter vindo para a Praia para apresentar uma experiência sobre um projeto que eu estava a trabalhar com a cooperação alemã na ilha do Fogo. Depois da minha apresentação, havia uma colega da MORABI que gostou do trabalho e foi ter comigo e disse que a MORABI estava a precisar de uma pessoa com essa capacidade na área de promoção socioeconômica. A presidente me ligou com a proposta de trabalhar na MORABI (não como dirigente). Assim, voltei porque era algo que sempre gostaria de fazer e era menos daquilo que eu ganhava no projeto, mas na altura para mim não era o dinheiro que estava em causa, mas em termos de realização pessoal sempre sairia a ganhar” (Entrevistada H, 2014).

Por outro lado, são elementos que, na sua maioria, mostram a influência dos amigos e a ideia do capital relacional com um fator determinante neste processo de recrutamento do pessoal dirigente nas ONGs.

A aderência aos cargos nas ONG são em simultânea e simplesmente só por livre vontade de cada indivíduo em trabalhar na Organização Não-Governamental. No caso da OMCV, principalmente antes de se transformar numa ONG, grande parte dos membros foram solicitados por colegas, amigos ou até parentes que já se encontravam engajados na instituição.

Por outro lado, houve casos em que as propostas aos cargos de direção partiam no seio da própria cúpula dentro da organização, com reuniões, congressos e entre mais atividades adversas e fazia-se apelo a pessoas que consideravam ser “melhores” aptas em termos de conhecimento da realidade e que possuem, no sentido Paretiana, *resíduos* suficientes para contribuir dentro da instituição.

“No momento eu não queria, portanto, fui eleita “obrigatoriamente” (risos. Não é assim também, mas quase que sim) num congresso, porque de quatro em quatro anos realizamos um congresso nacional e era eleito o corpo diretivo da OMCV nacional. As secretárias eram eleitas nos próprios concelhos, mas vinham para a Praia conforme a dimensão da ilha” (Entrevistada G, 2014).

“Nessa primeira fase eu era presidente adjunto (...), na altura eu era ainda secretária geral adjunta, alguns anos depois a Maria das Dores saiu e eu assumi o lugar da secretária geral. E tínhamos uma equipa bastante grande de mulheres. Na altura a direção basicamente era formada por universitários quadros de Cabo Verde porque essa camada tinha tido oportunidade de estudar, de poder comparar realidades e digamos que eram uma certa elite. Mas a nossa preocupação não era ficar por essa elite” (Entrevistada C, 2014).

A competência técnica ligada à experiência profissional de cada dirigente e o próprio título académico, conforme o trecho da entrevista acima referida foram cruciais. Nesta sequência, estão os cargos exercidos a nível dos organismos governamentais e partidários, fato que poderia ser comprometedor no exercício das funções não-governamentais caso sejam exercidos em simultâneo.

A ocupação de cargos de direção numa ONG serviu em alguns casos enquanto um meio para a ocupação de outros postos de destaque na sociedade, mormente de cargos políticos. Mesmo que não de forma direta, mas chegou a influenciar na circulação dos dirigentes para atuar em outros espaços governamentais.

“É enquanto dirigente da OMCV que recebi apoio para ser vice-presidente do parlamento no tempo do Abílio Duarte. Quer dizer, enquanto dirigente da OMCV, ainda muito jovem e muito conhecida, tive a visibilidade de ser Secretária Geral Adjunta, uma visibilidade que me é dada pela OMCV. Todas as tarefas que fui desempenhando no âmbito da Organização me serviram de experiência e vivência na vida pessoal” (Entrevistada C, 2014).

Tanto nos dados do inquérito como nas entrevistas, a competência técnica revela ser um elemento muito influente nos dirigentes para a ocupação dos cargos de direção.

Além disso, o conhecimento do funcionamento e dos problemas da instituição é também apontado como sendo a técnica muito influenciável neste processo.

“Sou membro da OMCV desde aos meus dezasseis anos de idade. Em 2007 candidatei-me à presidência da organização. Nós éramos duas candidatas e eu fui eleita e, em 2011 fui reeleita porque não havia outra candidatura. É um processo eletivo, pode ser presidente da OMCV num período certo de eleição, de modo que estou aqui eleita para mais um mandato de quatro anos” (Entrevistada A, 2014).

“Eu fui convidada pela colega Idalina Freire a participar na lista de direção e fui legitimada na última assembleia geral da OMCV. Uma assembleia onde fazem parte todas as delegadas a nível nacional de todos os concelhos. Estou no segundo mandato com a Idalina, mas antes já tinha outra candidatura que não passou. Mas há um sistema democrático a funcionar dentro da organização, temos a auditoria anualmente dos financiadores. Geralmente não há recrutamento a nível da direção, há convites para integrar nas listas” (Entrevistada E, 2014).

Entretanto, esse trecho acima referido (da entrevistada E), reforça a ideia anteriormente salientada de que a influência dos colegas, amigos e familiares aproximaram e tanto a aderências de muitos membros na OMCV e, posteriormente, na MORABI o cenário não indica diferenças.

A trajetória profissional das dirigentes está mais ligada aos cargos ocupados nas organizações governamentais do que nas Organizações Não-Governamentais. Grande parte das dirigentes da OMCV e da MORABI desempenham funções nas instituições do Estado com ligações ideológico-partidário. O desempenho desses cargos foi apurado a partir das entrevistas. Os trechos de algumas entrevistas a seguir ilustram este aspeto:

“Fui diretora de gabinete no ministério de trabalho durante quatro anos. Em termos partidários, sou presidente da federação das mulheres a nível nacional. Sou membro da direção nacional do PAICV. No parlamento sou vice-presidente na comissão especializada, trabalho com questões sociais, estou no parlamento desde 2006. Mas, enquanto estou na organização não falo da política, não levo as questões do partido para a organização e nem vice-versa. Quando estou no parlamento exerço a minha função enquanto parlamentar. Portanto, conseguindo separar essas duas coisas, acho que se consegue fazer uma gestão cautelosa” (Entrevistada E, 2014).

“Trabalhar numa ONG (trabalhos voluntários) é um dos trabalhos que mais dignificam a pessoa, porque uma coisa é ter um trabalho que nos sustenta financeiramente. O voluntariado predispõe prática, vocação e disponibilidade. É uma opção. Na OMCV, embora a presidente é remunerada agora a tempo inteiro, mas a motivação no trabalho é muito significativa. Estou inscrita não só na OMCV, mas em várias outras ONGs como voluntária, como o caso da Cruz vermelha e entre outras instituições e a minha participação política sempre foi uma participação voluntária. (...) Por outro lado, já fui deputada da nação, fui também membro da comissão política do PAICV” – (Entrevistada I, 2014).

“Pertencço ao concelho diretivo da MORABI e participo nas suas atividades de forma voluntária e também trabalhava na área de cooperação com as mulheres (...). Sou vereadora na Câmara Municipal da Praia. Enquanto voluntária, comecei aos dezasseis anos, com o advento da independência em 1975, então tinha toda aquela euforia de jovem na altura de participar no desenvolvimento de Cabo Verde” (Entrevistada D, 2014).

A família teve grande envolvimento na vida das mulheres que precocemente conseguiram engajar juntamente com os homens na defesa das causas políticas e sociais do país logo após a independência, em particular, com a formação das organizações.

“Foi num período após a independência e era novidade. Tinha 16 anos e todo o mundo queria a independência, então o meu marido também nesta altura era muito influente na política” e me incentivou muito” (Entrevistada K, 2014).

“Os meus pais eram combatentes na Guiné Conacri e foi na luta de libertação nacional que acompanhei durante toda minha infância até minha juventude a independência de Cabo Verde (...) O dirigente Amílcar Cabral estava hospedado em nossa casa, na altura e, então desde criança comecei a entender esse país, porque a minha mãe e o meu pai não podiam vir para suas terras onde nasceram (...) Isto me influenciou bastante” (Entrevistada J, 2014).

O que se pode constatar a partir dos dois trechos acima referidos é a existência do que podemos chamar de “casamento de elites entre si”.

Os fatores que determinam a ocupação dos cargos de direção nas ONGs, particularmente na OMCV que teve uma trajetória histórica enquanto uma organização

de massa, estão relacionados com o conhecimento que as pessoas possuíam sobre determinada área e determinada realidade. À medida que desenvolviam trabalhos em alguma arena, localizavam os principais problemas e tinham uma experiência prática que lhes permitiriam definir quais seriam as prioridades.

“Foi a iniciativa de um grupo de mulheres que trabalhavam no terreno, por exemplo a Maria das Dores que foi a primeira presidente é assistente social. Portanto, quem trabalhou no terreno é que sabia que existia esses problemas, podiam não saber a que profundidade e dimensão se encontravam. Eu trabalhava na ação social, mas eu trabalhava na Praia, a Dori trabalhava em São Vicente, portanto, ela tinha ideia do que passava em São Vicente, mas não sabia o que passava na Praia e eu da mesma forma, não sabia dos problemas da ilha de São Vicente, mas conhecia melhor Santiago” (Entrevistada F, 2014).

Uma outra possibilidade é pessoas que consideraram construir carreiras dentro da instituição, particularmente no caso dos membros da OMCV, que na sua maioria acabaram por ser presidentes em algum momento depois de ter todo o acompanhamento enquanto organização de massa.

“Antes de ser dirigente, fui membro fundadora, estou na organização desde a sua criação. Fui voluntária de 1992 até 1995. Em 1995 fui elaborando projeto na região Fogo e Brava e em 1998 regressei como profissional. Com contrato de trabalho, como gestora de créditos de 1998 até 2007 e em Maio de 2007 fui eleita presidente da organização. Como profissional continuei na parte de crédito que com a aprovação do novo plano estratégico passei a desempenhar a função de delegada do microcrédito que é um programa de micro finanças” (Entrevistada H, 2014).

Os cargos de direção ocupados nas ONG resultaram de um processo de recrutamento do pessoal. Uma das preocupações a se levantar aqui é justamente compreender este processo de recrutamento do pessoal dirigente nessas ONG. Quando analisamos os cargos ocupados aproximamos da hipótese de que os dirigentes das ONG têm forte envolvimento com cargos políticos com ligações partidárias no governo.

3.5 A internacionalização das ONGs

A dependência de parceiros sobretudo internacionais é um fator determinante na sobrevivência de muitas Organizações Não-Governamentais. O próprio governo Caboverdiano não tem, a possibilidade de mantê-las de pé. Os problemas eram enormes e conseqüentemente proporcionam ainda mais a procura de parceiros com capacidade de garantir a sobrevivência das mesmas.

Se uma instituição não consegue implementar um projeto ora elaborado, as lacunas são adversas. As dirigentes mencionam durante a entrevista, a falta de financiamento como fator determinante desta causa. O ideal é entender o porquê do não financiamento.

“Eu já estive na direção de algum serviço público, sou quadro do Estado. Gerir não é fácil, mas é muito mais difícil numa ONG porque não temos recursos próprios. Temos que estar muito ativos, muito em cima para que a casa funcione, que a Organização funcione e não é nada fácil” (Entrevistada A, 2014).

Em Cabo Verde quase que não existe uma cultura de avaliação (por parte dos estudiosos) e de prestação de contas sobre as atividades desenvolvidas pelas ONGs no sentido de prestação de contas. As instituições recebem alguns subsídios que, posteriormente, vão ser redistribuídos em função de normas pré-estabelecidas, por exemplo pelas camadas mais desfavorecidas da população. Neste sentido é interessante pensar como é feita essa distribuição, qual público-alvo e qual o impacto disso na vida das pessoas que foram aplicadas e na sociedade em geral.

4 Considerações Finais

Como forma de conclusão, os estudos sobre a “categoria elite” e/ou grupos dirigentes, com base nas perspectivas contemporâneas têm vindo a realçar a história das elites com questões voltadas essencialmente nas variáveis recrutamento, formação, circulação e internacionalização das elites.

No escopo da circulação das elites, as maneiras de conceber a mudança apresentam vários sentidos, isto é, pode ser no sentido de uma instituição para outra como dentro da mesma instituição com uma mobilidade nos cargos. Por outro lado, de uma instituição não-governamental para uma instituição governamental ou vice-versa.

Na sequência do estudo sobre circulação das elites nas ONGs em Cabo Verde as ilações aferidas são nesses sentidos. Em primeiro lugar, dirigentes que mudaram de cargos dentro da própria ONG, particularmente, na OMCV, pois os membros que eram secretarias se tornaram presidentes. Em segundo lugar, dirigentes que ocupam e/ou ocuparam cargos de presidente nas ONGs e que posteriormente, trabalharam nas instâncias governamentais. Em terceiro lugar, dirigentes que em simultâneo ocupam cargos de direcção tanto nas ONGs quanto nas organizações governamentais.

O contexto do surgimento das ONGs em Cabo Verde envolve uma época precária, na qual foi quase que uma “obrigatoriedade” devido aos condicionantes desfavoráveis à situação de vida das pessoas, principalmente durante o período da colonização do país que envolveu cinco séculos.

A circulação e a perpetuação constituem dois conceitos chaves de análise das elites nas ONGs em Cabo Verde. Tanto os resultados das entrevistas como os dados do inquérito comprovam que os dirigentes da OMCV e da MORACV já ocuparam e/ou ocupam diferentes cargos de direcção dentro da sociedade e atuam em espaços diferentes e amplas, ou seja, ocupam cargos de direcção tanto nas ONGs quanto nas instâncias governamentais.

No sentido da perpetuação, verifica-se pouca ou quase nenhuma renovação em relação à quem constitui membro da OMCV e da MORABI e quem ocupam os cargos de direcção nas mesmas. No entanto, são as pessoas que estiveram na base da criação,

que trabalharam como membros é que, posteriormente, vieram a ocupar cargos de direção no decorrer do tempo.

As considerações finais deste trabalho servirão mais num sentido de problematizar um pouco mais a ideia da circulação das elites nas ONGs em Cabo Verde tendo em conta os espaços de atuação e levantar novas questões que virão a servir como perspectivas futuras de pesquisa para que possa contribuir tanto na comunidade acadêmica quanto no “progresso” do funcionamento das ONGs, e, mormente na sociedade Cabo-verdiana no seu modo lato.

A ocupação dos cargos de direção está muito vinculada aos principais fundadores da Organização. A OMCV já possui seis mandatos de existência enquanto ONG, a cada mandato elege-se uma nova direção. Essa direção/presidência é composta essencialmente por pessoas membros que atuaram na organização desde a sua criação. A MORABI, por sua vez não foge à regra, pois os resultados são os mesmos. Disso leva a concluir a existência de um movimento contínuo nos cargos da presidência pelos principais membros fundadores.

Questionamos ainda, em que medida o cargo de dirigente numa Organização governamental não influencia o cargo de dirigente numa ONG e/ou vice-versa? Algumas das informações da entrevista revelam que conseguem separar as duas coisas e na maioria dos casos as atividades desenvolvidas na ONG são fora do horário normal de trabalho:

“Estou habituada em lidar com esse tipo de coisas, há muito tempo que eu faço isso. Normalmente quando a presidente (da ONG) convoca uma reunião é sempre fora do horário do trabalho e aos finais de semana também se precisarem do meu apoio, estou disponível”. (Entrevistada G, 2014).

A questão que se segue refere a um dos questionamentos durante a entrevista: “qual a implicação que se pode causar na relação trabalho governamental e não-governamental, enquanto deputada e dirigente da OMCV”? qual o impacto para a organização e para a sociedade em si? Este para o caso de dirigentes que ao mesmo tempo que ocupa o cargo de direção numa ONG, é também deputado/a do governo.

“Não! Nós trabalhamos em voluntariado, portanto é compatível. Agora é preciso saber o quê que estamos a fazer, estamos lá para apoiar mulher, daí quando a mulher bate a gente na porta e as vezes com questões mais radicais, sendo ela uma mulher, eu também sou mulher. Amanha posso encontra-la na rua, e eu fazendo campanhas, mas não tem nada a ver, ela vai ouvir o que vou dizer e pode acreditar ou não naquilo que vou dizer e decidir o seu voto, isso depende dela...” (Entrevistada J, 2014).

Nestas circunstâncias, as ações desenvolvidas numa ONG podem influenciar as atividades que dizem respeito ao governo. Para o caso da mulher que foi beneficiária na OMCV ou na MORABI, até que ponto não “compra de barato” um discurso de um político, na altura das campanhas eleitorais por exemplo, que de uma forma ou de outra tem ajudado ela a superar algumas dificuldades? Até que ponto ela tem em mente o papel da instituição em si, neste caso a ONG ou leva em consideração a pessoa em si? Como ela consegue consciencializar de que aquilo que ela recebeu é apenas um direito seu e que aquele dirigente não cumpriu mais do que o seu papel na ONG. Entretanto, por mais simples que pareça, é bem possível de que haja um jogo de custo benefício no processo eleitoral, numa tripla ação: a beneficiaria da ONG, a ONG enquanto instituição e o indivíduo que é em simultâneo dirigente da ONG e candidato a cargo de deputado/a.

As dirigentes da OMCV e da MORABI Sustentaram firmemente de que a separação desses dois cargos é fundamental e necessária para que haja o bom funcionamento das instituições por ambas as partes e pelo próprio *status* social da pessoa.

(...) “Tenho separado a minha vida política da minha vida profissional na ONG. Política, quando saio á rua e estou fazendo meu trabalho político para qualquer pessoa e qualquer mulher apresento a minha proposta partidária. Na ONG, o que não posso fazer, é uma mulher chegar e me colocar seus problemas e lhe perguntar, tu é de qual partido?” (Entrevistada J, 2014).

Um outro questionamento que se levanta é sobre a relação que existe entre essas ONGs e os partidos políticos, ou outros órgãos governamentais, tendo como referência os seus próprios dirigentes? Qual a natureza da sua autonomia e/ou qual a natureza da sua dependência? A neutralidade das elites nas ONGs é crucial na transparência institucional.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos

AFRO BAROMETER. **Atitudes em relação á qualidade da democracia em Cabo Verde**. 2005, pp.54-56

AGIAR, Neuma. **Desigualdades Sociais, Redes de sociabilidade e Participação política**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, Ana M. et all. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**, 7ª edição, S.Paulo, 2006.

ANJOS, José Carlos dos. **As tramas da política extra partidária em Cabo Verde**, ensaios sociológicos. 2010.

AUJÉ, Axel Eric. **Le Recrutement des élites politiques en Afrique Subsaharienne: une sociologie du pouvoir au Gabon**. Paris: L'Harmattan, 2005.

BADIE, B. e HERMERT, G. **Política Comparada**. Segunda Parte: III. *Las Dinámicas Huerfanas*, Fondo de Cultura económica México, 1993. pp. 180-212.

BAKARY, T. D. **Les Elites Africaines au Pouvoir** (problématique, méthodologie, état des travaux. Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir, No.2/3, 1990.

BARROS, Crisanto A. S. **Génese e formação das elites político-administrativa cabo-verdiana**. Praia, Cabo Verde. Tese de Doutorado. Universidade de Cabo Verde e Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, 2012.

BATALHA, Luís. A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário. In CARVALHO, Clara e CABRAL, João de Pina (Cord.). **A persistência da História. Passado e contemporaneidade em África**. Lisboa, ed. Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Trad. de Carmen C. Varriale et ai.; Brasília, editora UnB, 11ª edição, 1998.

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Editions de Minuit, 1982.

_____. **L'Espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe**. Revue de sociologie française, Année, vol 14, N°1, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **Esprits d'Etat: Genèse et Structure du Champ Bureaucratique**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année, volume 96, Numéro 1, 1993, pp. 49 – 62.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático. In _____ **Razões Práticas**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

_____. **La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1989.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro. – cap. 1 A elite: conceito e ideologia. 1965.

BUSINO, Giovanni. **Elites e Elitismo**. Porto, Rés-Editora Lda, 1978.

CANEDO, Leticia et al (orgs). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. Parte I: Espaços de poderes Nacionais, Espaços de poderes Internacionais. Estratégias cosmopolitas e Reprodução das Hierarquias Sociais - Ives Dezalay e Maikael Rask Madsen. São Paulo, 2013

CARDOSO, Humberto. **O Partido Único, Um assalto á esperança**, 1ª edição, 2003.

CARREIRA, António. **Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**, 2ª.ed., Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

CASTILHO COSTA, Maria Cristina, (Org.), **Gestão da Comunicação: terceiro setor, organizações não-governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania**, São Paulo: Atlas, 2006.

COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos (orgs). **Participação deliberação – Teoria Democrática e Experiências Internacionais no Brasil contemporâneo**, editora 34, 2004.

CORADINI, Odaci Luiz. Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman BIB, São Paulo, nº 69, 2010.

CORREIA e Silva, António Leão (2013). Dinâmicas de Decomposição e Recomposição do estado e Sociedades. **História Geral de Cabo Verde**. Vol III. Coord. Luíz de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Praia: Edição II CT e INIC.

COUTIHO, Elisabeth e ANJOS, José Carlos. Elites, estabelecimento de relações de interconhecimento e consagração social através de títulos escolares: O mestrado em Gestão Global. In: **As Tramas da Política Extra-Partidária em Cabo Verde**. Praia: Edições Uni.CV, 2010, pp. 23-53.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DALOZ, Jean-Pascal. (dir). **Le (non-) renouvellement des élites en Afrique Subsaharienne**. Paris: UMR, 1999.

DA MATA, Roberto. **A casa e a Rua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. **A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado**: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. In: RBCS, vol 15, n. 43, Junho, 2000.

DEZALAY, Y. & GART, B. (2008). Las paradojas de un imperialismo de la virtud cívica: de la internacionalización de los derechos humanos a la profesionalización del activismo jurídico. In: SANTAMARIA, A. & VECCHIOLI, V. (org) **Derechos humanos em América latina: Centro de Estudios Políticos e Internacionales – CEPI/Ed. Um del Rosário**: Bogotá, 2008.

ENGELMAM, Fabiano. Globalização e Poder de Estado: Circulação Internacional de Elites e Hierarquias do Campo Jurídico Brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências**

Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 2, 2012, pp. 487 a 516

ENGELMAM, Fabiano. **Diversificação do Espaço Jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado, 2004.

FALCÃO, Joaquim. **Democracia, Direito e Terceiro Setor**. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

FURTADO, Cláudio. **Gênese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Praia ICL, 1997.

Guia das ONGs de Cabo Verde (2009).

HADDAD e OLIVEIRA (1999), “**As Organizações da Sociedade Civil e as ONGs de educação**”. Capítulo sobre a sociedade civil. Cadernos de Pesquisa, nº 112, 2001: p.63).

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu (5) 1995: pp.07-41.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia de letras, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Post modernization**: Cultural, economic and political change in 43 societies. New Jersey, Princeton University Press. BIB, 1997.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, 2001.

L'ESTOITE, Benoît de, Neiburg, Federico, SIGAUD, Organizadores. *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

LOPES, José Vicente. Cabo Verde: **Os Bastidores da Independência**. Praia: Speen, 2002

LOPES, José Vicente. **Os Bastidores da Independência**. 3ª edição: Cidade da Praia, 2013

MILLS, Charles Wright. **L'élite du pouvoir**. Paris: Maspero, 1969.

- MOSCA, Gaetano. “**A classe Política**”; ed. Tenacitas; Coimbra, 2004.
- NYE, Joseph. **The Future of Power**. Washington, DC: PublicAffairs. 320p. ISBN-10: 9781586488918, 2010.
- PARETO, Vilfredo (1968). Hétérogénéité Sociale et Circulation entre diferentes parties, in: **Traité de Sociologie Générale**. Genève: Libraire Droz, pp 1293-1305.
- PERREIRA, Aristides. “**O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países**”, 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, 2006. pp. 651 a 613.
- PRESISSINOTTO, Renato. **As elites políticas. Questões de Teoria e Método**. Curitiba. IBPEX, 2009.
- PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. **Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- QUINTEIRO, Eudisia Acuña (Org.) et. al. **Um sensível olhar sobre o terceiro setor**. São Paulo, Summus, 2006.
- RYFMAN, Philippe. **Les ONG**. Éditions La Découvert, Paris, 2004.
- SCOTT, John. **The Sociology of Elites**. Vol.1. London: Aldershot Elgar, 1990.
- SILVA, Carmelita, FORTES, Celeste (orgs.). **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições Uni-CV, 2011. (Coleção Sociedade, v.4).
- SILVA, Mário Ramos Pereira. **As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-Verdiano**. Praia, 2ª edição, 2010.
- SULEIMAN, Ézra et Miendras, Henri. **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découvert, 1995

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não-governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégia de Atuação**, 2. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e Política Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.

VIEIRA, Miriam. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 90-96, jan/Abril, 2013

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os países africanos: Diversidade de um continente**. Porto Alegre- 1ª edição, Editora Leitura XXI. 2012.

Coleção de artigos- Universidade Lumière Lyon 2 Ano universitário 2005/2006
Projecto concretizado na aula de “Langue et Culture de l’Afrique Lusophone”.

Cabo verde no contexto do desenvolvimento sustentável. Relatório à Conferência Rio+20. Conferencia das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável.

Constituições e Estatutos:

Constituição da República de Cabo Verde de 1980, in Suplemento do Boletim Oficial, nº 41 de 13 de Outubro de 1980.

Constituição da República de Cabo Verde, 2ª revisão ordinária, 4º edição, 2011.

Estatuto do pessoal dirigente da função pública. Decreto-Legislativo nº13/97 de 1 de Julho. In. Legislação Administrativa cabo-verdiana. 2ª Edição. Praia: Secretaria de Estado da Administração Pública. Vol. I. 2009.

Estatutos: OMCV e MORABI

Plataforma das ONG’s. *Enquadramento jurídica das ONGs em Cabo Verde*. Fevereiro/99.

Site grafia:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>

<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1036capeverdesummary.pdf>

<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/136/101>

<http://www.morabi.org/>

http://rtc.cv/index.php?paginas=9&id_cod=632

<http://www.governo.cv/>

<http://www.scielo.br/>

www.portaldoconhecimento.gov.cv

<http://www.frigoletto.com.br/GeoEcon/evolucaoindh2000.htm>

<http://www.undp.org/hdro/indicators.html>

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>

Anexos

Guião de entrevista

Trajectoria	<ol style="list-style-type: none">1. Fale um pouco da si, sua experiencia de vida antes de ocupar esse cargo. Posteriormente, o que levou a ocupar cargo de dirigente de uma Organização Não-Governamental?2. Como é que chegou nesta instituição? Como foi o seu ingresso/recrutamento – uma iniciativa própria ou foi convidado(a)? (por quem?)
Atividades desenvolvidas E cargos ocupados	<ol style="list-style-type: none">3. Tem desenvolvido algum projeto (institucional) relacionado a esta arena? Desde quando? Com que propósito tal elaboração?4. A instituição tem trabalhos publicados? Em que domínios?5. Durante a sua liderança na ONG, foram feitas quantas publicações?6. Desempenhou outros cargos de liderança fora dessa instituição? Se sim (quais), antes, durante ou depois? Fale um pouco da sua experiencia nesse cargo - em que instituição – qual cargo? Como foi o processo de recrutamento? Qual o motivo que te levou a ocupar esse cargo e qual a sua avaliação, ou seja, valeu a pena ou nem por isso? Porquê?
Trajectoria profissional: durante e depois da liderança na ONG	<ol style="list-style-type: none">7. Teve algum momento em que se ausentou do seu cargo na ONG? Durante quanto tempo? Qual o motivo? Por que voltou de novo? E/ou Porque o “abandonou”?8. Fale da sua trajetória profissional durante a ocupação desse cargo. Ou seja, já ocupou outros cargos de liderança/não liderança noutras instituições? Como tem sido esse processo?

Avaliação	<ol style="list-style-type: none">1. Fale um pouco da sua experiência participativa/engajamento num cargo de dirigente de uma ONG “feminista”?2. Como tem sido seu relacionamento com outras instituições governamentais, no caso?3. Com base na sua experiência, qual a sua percepção/opinião ao trabalhar em instituições governamentais e não-governamentais simultaneamente?4. Não envolve um conflito de papel tanto pessoal quanto institucional, isto é, não põe em causa o funcionamento da própria instituição – neste caso particular a ONG?5. Qual tem sido o principal problema enfrentado enquanto dirigente?6. Quais os principais desafios que tu propõe para essa instituição enquanto dirigente?

**INQUÉRITO ESTRUTURADO AO PESSOAL DIRIGENTE DAS ORGANIZAÇÕES
NÃO-GOVERNAMENTAIS**

Num:

--	--	--

Este questionário insere-se no quadro de um estudo de investigação realizada no âmbito do Artigo científico para obter o grau de mestrado e visa recolher informações sobre a trajetória pessoal e familiar dos altos dirigentes das Organizações Não-Governamentais cabo-verdiana (OMCV e a MORABI), desde seu surgimento até a atualidade. As informações prestadas serão utilizadas, precisamente, para fins académicos a que se propõe o referido estudo, garantindo-se, assim, a sua confidencialidade, de acordo com os princípios deontológicos. Aproveita-se, desde já, para agradecer a sua preciosa colaboração.

Parte I: Perfil Social

1. Identificação

P1. Sexo 1. Masculino 2. Feminino P2. Idade

P3. Estado Civil 1. Solteiro (a) 2. Casado (a)/união de facto 3. Separado (a)/Divorciado(a) 4. Viúvo(a)

2. Origem Geográfica

P4. Freguesia onde nasceu _____ P5. Ilha _____

P6. País (caso tenha nascido fora de Cabo Verde) _____

P7. Ilha/País onde nasceu o seu pai _____ P8. Ilha/País onde nasceu a sua mãe _____

P9. Há quanto tempo reside neste município?

1. Menos de 1 ano 2. De 1 a 4 anos 3. De 5 a 9 anos 4. De 10 a 14 anos

4. 15 anos e mais 9. NS/NR

3. Nível de instrução

P10. Indique o nível de instrução mais elevado que completou e obteve um certificado?

4. Ensino Médio 5. Bacharelato 6. Licenciatura 7. Mestrado

8. Doutoramento 9. Outro (especificar) _____

P11. Qual (ais) foi(ram) o(s) curso(s) que concluiu a nível do ensino médio ou superior? _____

P12. Diga o nome da(s) instituição(s) onde estudou? _____

P13. Diga o nome do (s) país(es) onde estudou? _____

P14. Indique o nível de instrução mais elevado que os seus pais completaram e obtiveram um certificado.

Nível de instrução	PAI	MÃE
1. Sem nível de instrução		
2. Ensino Primário antigo (ex-4ª classe)		
3. Ensino Básico completo ou equivalente		
4. 3º Ano do Curso Geral (ex-5º Ano)		
5. Ensino Secundário (ex-7º ou 12º anos)		
6. Ensino Médio		
7. Bacharelato		
8. Licenciatura		
9. Mestrado		
10. Doutoramento		
11. Outro (especificar)		

P15. Diga o nome das instituições onde estudou a sua mãe _____

P16. Diga o nome das instituições onde estudou o seu pai _____

Parte II: Dimensão socioeconómica

1. Profissão

P17. Qual é a sua profissão? (No caso de exercer várias profissões, indique aquela que considera a principal) _____

P18. Qual é/foi a profissão do seu pai? _____ (Caso nunca trabalhou indique se é :
desempregado que nunca trabalhou, inactivo (deficiente)

P19. Qual é/foi a profissão da sua mãe? _____ (Caso nunca trabalhou indique se foi :
doméstica, desempregada que nunca trabalhou, inactiva (deficiente)

3. Trajectória Profissional

(Cargo(s) exercido(s) na alta Administração Pública, designadamente serviços centrais, serviços desconcentrados e serviços autónomos (Exemplos: membros do Governo, Secretário Geral, Assessor, Conselheiro, Chefe da Casa Civil, Director de Gabinete, Director Geral, Presidente de Instituto, Presidente ou Membro de Conselho de Administração de empresas públicas, Delegado dos serviços desconcentrados do Estado,)

P20. Qual foi a primeira função que exerceu na Administração Pública ou numa instituição privada? _____

P21. Pertence (u) ao quadro definitivo da Adm. Pública?

1. Sim 2. Não

P22 Se sim, a que instituição? _____

P23. Desde quando pertence a esse quadro?

1. Menos de 1 ano 2. De 1 a 4 anos 3. De 5 a 9 anos

4. De 10 a 14 anos 4. 15 anos e mais 9. NS/NR

P24. Desempenhou outros cargos de chefia na Administração Pública?

1. Sim 2. Não

P25. Se sim, indique-os por ordem de precedência:

Cargos	P25.1 Início (ano)	P25.2 Término (ano)
1. _____		
2. _____		
3. _____		
4. _____		
5. _____		

P26. Desempenhou outros cargos em instituições privadas?

1. Sim 2. Não

P27. Se sim, indique-os por ordem temporal?

Cargos	P27.1 Início (ano)	P27.2 Término (ano)
1. _____		
2. _____		
3. _____		
4. _____		
5. _____		

P28. Qual foi o momento determinante na sua trajetória profissional? _____

PARTE III: Afinidade e participação políticas

P29. É ou já foi simpatizante de algum partido político?

1. Sim 2. Não

P30. Se sim, qual (ais)? _____

P31. É ou já foi militante de algum partido político?

1. Sim 2. Não

P32. Se sim, qual (ais)? _____

P33. Foi eleito e/ou nomeado para algum cargo político?

1. Sim

2. Não

S

P34. Se sim, indique qual ou quais?

Cargos	Início (ano)	Término (ano)
P34.1. Deputado da Nação		
P34.2. Deputado Municipal		
P34.3. Presidente de Câmara		
P34.4. Delegado de Governo		
P34.5. Vereador		
P34.6. Presidente do Partido		
P34.7. Secretário-Geral ou Executivo do Partido		
P34.8. Membro da Direcção Nacional do Partido		
P34.9. Membro da Comissão Política do Partido		
P34.10. Outro (especificar)		

Parte IV: Critérios de nomeação

P35. Indique dois critérios mais relevantes que estiveram na base da sua nomeação para o(s) cargo(s) de dirigente(s) da Administração Pública

1. Competência técnica

2. Capital político

3. Relações de confiança com o ministro de tutela

4. Origem regional

5. Outro (especificar)

9. NS/NR

P36. Nacionalidade (caso tiver mais do que uma, preencher as duas)

1. Cabo-verdiana

2. Outra (especificar)

P37. Nome _____ (Facultativo, indicar apenas o primeiro e o último nome)

OBRIGADA